

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
DO GOVERNO DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO**

**EXERCÍCIO FINANCEIRO
2010**

**SEBASTIÃO CARLOS RANNA DE MACEDO
CONSELHEIRO RELATOR**

TCEES

Conselheiros

**SÉRGIO ABOUDIB FERREIRA PINTO – Presidente em
exercício**

SEBASTIÃO CARLOS RANNA DE MACEDO - Relator

ELCY DE SOUZA

JOSÉ ANTÔNIO ALMEIDA PIMENTEL

MARCOS MIRANDA MADUREIRA

UMBERTO MESSIAS DE SOUZA

MARCO ANTÔNIO DA SILVA (em substituição)

Auditores

MÁRCIA JACCOUD FREITAS

JOÃO LUIZ COTTA LOVATTI

Ministério Público Especial de Contas

DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER – Procurador Geral

LUCIANO VIEIRA

LUIS HENRIQUE ANASTÁCIO DA SILVA

Diretor-Geral de Secretaria

ILDEMAR BORGES JÚNIOR

Controlador-Geral Técnico

JOSÉ ANTONIO VIEIRA DE REZENDE

Comissão Técnica de Planejamento e Acompanhamento das Contas
de Governo do Estado do Espírito Santo

Portaria nº 19 N de 27/05/2010

Sérgio Antonio Campos Mourão

Coordenador

Holdar de Barros Figueira Netto

Márcia Andréia Nascimento

Rogério de Oliveira Jesus

Rupp Caldas Vieira

Comissão Técnica de Análise das Contas
Portaria N - nº 050 de 16/12/2010 – DOE de 17/12/2010
Portaria N - nº 002 de 14/01/2011 – DOE de 17/01/2011

Luiz Guilherme Vieira

Coordenador

Acyr Rodrigues Pereira Junior

Alexsander Binda Alves

Cesar Augusto Tononi de Mattos

Fábio Peixoto

José Carlos Viana Gonçalves

Luís Gustavo Sampaio de Carvalho

Márcia Andréia Nascimento

Odilson Souza Barbosa Junior

Pollyanna Brozovic Ferreira

Rejane Maria Luchi de Carvalho

Robert Luther Salviato Detoni

Rogério Oliveira de Jesus

Rupp Caldas Vieira

Sérgio Antônio Campos Mourão

Sérgio João Ferreira Lievore

Willian Fernandes

PROCESSO:

TC – 2691/2011

INTERESSADO:

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ASSUNTO:

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – EXERCÍCIO DE 2010

RESPONSÁVEIS:

Pela remessa:

JOSÉ RENATO CASAGRANDE

Governador do Estado do Espírito Santo

Pela gestão:

PAULO CÉSAR HARTUNG GOMES

Ex-governador do Estado do Espírito Santo

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO 2010

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Receitas e Despesas Orçadas

A Lei Orçamentária Anual nº 9.400 de 20 de janeiro de 2010, estimou as receitas e fixou as despesas em R\$ 11.652.280.883,00.

APURAÇÃO DA RECEITA PREVISTA ATUALIZADA

Conta 2.9.1.1.1.00.00 (Receita Total Estimada - LOA)	R\$ 11.652.280.883,00
Conta. 2.9.1.1.2.00.00 (Previsão Adicional da Receita)	R\$ 446.891.652,00
Conta. 2.9.1.1.9.00.00 (Anulação da Previsão da Receita)	(R\$ 70.643.359,00)
Receita Estimada Atualizada - Balanço Orçamentário	R\$ 12.028.529.176,00

Fonte: Balancete Geral do Estado

APURAÇÃO DA DESPESA FIXADA ATUALIZADA

Conta 1.9.2.1.1.00.00 (Dotação Inicial - LOA)	R\$ 11.652.280.883,00
Conta 1.9.2.1.2.00.00 (Dotação Suplementar)	R\$ 3.796.570.587,83
Conta 1.9.2.1.3.00.00 (Dotação Especial)	R\$ 162.026.667,00
Conta 1.9.2.1.5.00.00 (Cancelamento de Dotação)	(R\$1.901.129.911,56)
Dotação Orçamentária Total	R\$ 13.709.748.226,27

Fonte: Balancete Geral do Estado

RESUMO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RECEITAS	PREVISÃO	EXECUÇÃO
CORRENTES	11.308.947.392,00	11.641.468.123,09
CAPITAL	686.133.986,00	287.310.235,12
INTRA ORÇAMENTÁRIA	1.059.337.359,00	1.063.433.138,49
DEDUÇÕES	-1.025.889.561,00	-1.114.592.306,65
RECEITA TOTAL	12.028.529.176,00	11.877.619.190,05
DÉFICIT	1.681.219.050,27	865.278.461,73
	13.709.748.226,27	12.742.897.651,78
DESPESAS		
Créditos orçam. e Suplementares	13.547.721.559,27	12.742.897.651,78
Créditos especiais	162.026.667,00	-
Créditos extraordinários	-	-
Despesa TOTAL	13.709.748.226,27	12.742.897.651,78
Fonte: Balanço Orçamentário do Estado - 2010		
SUPERAVIT	-	-

RECEITAS E DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

Receita realizada - Despesa empenhada		
Conta contábil	Descrição	Valor
191140000	Receita realizada	R\$ 11.877.619.190,05
292410000	Despesa empenhada	R\$ 12.742.897.651,78
292410102	Empenhos liquidados	R\$ 12.249.395.968,32
292410101	Empenhos a liquidar por emissão	R\$ 493.501.683,46
292520101	Despesa paga por NE do exercício	R\$ 11.981.184.861,27
Resultado orçamentário		R\$ (865.278.461,73)

Fonte: Balancete Geral do Estado

- No Resumo do Balanço Orçamentário fica evidenciado um **Déficit Orçamentário** do exercício no valor de **R\$ 865.278.461,73**.
- O **Déficit Orçamentário** verificado no exercício encontra-se amparado por **Superávit Financeiro** do exercício anterior que foi da ordem de **R\$ 2.285.551.098,00**.

RECEITAS E DESPESAS REALIZADAS

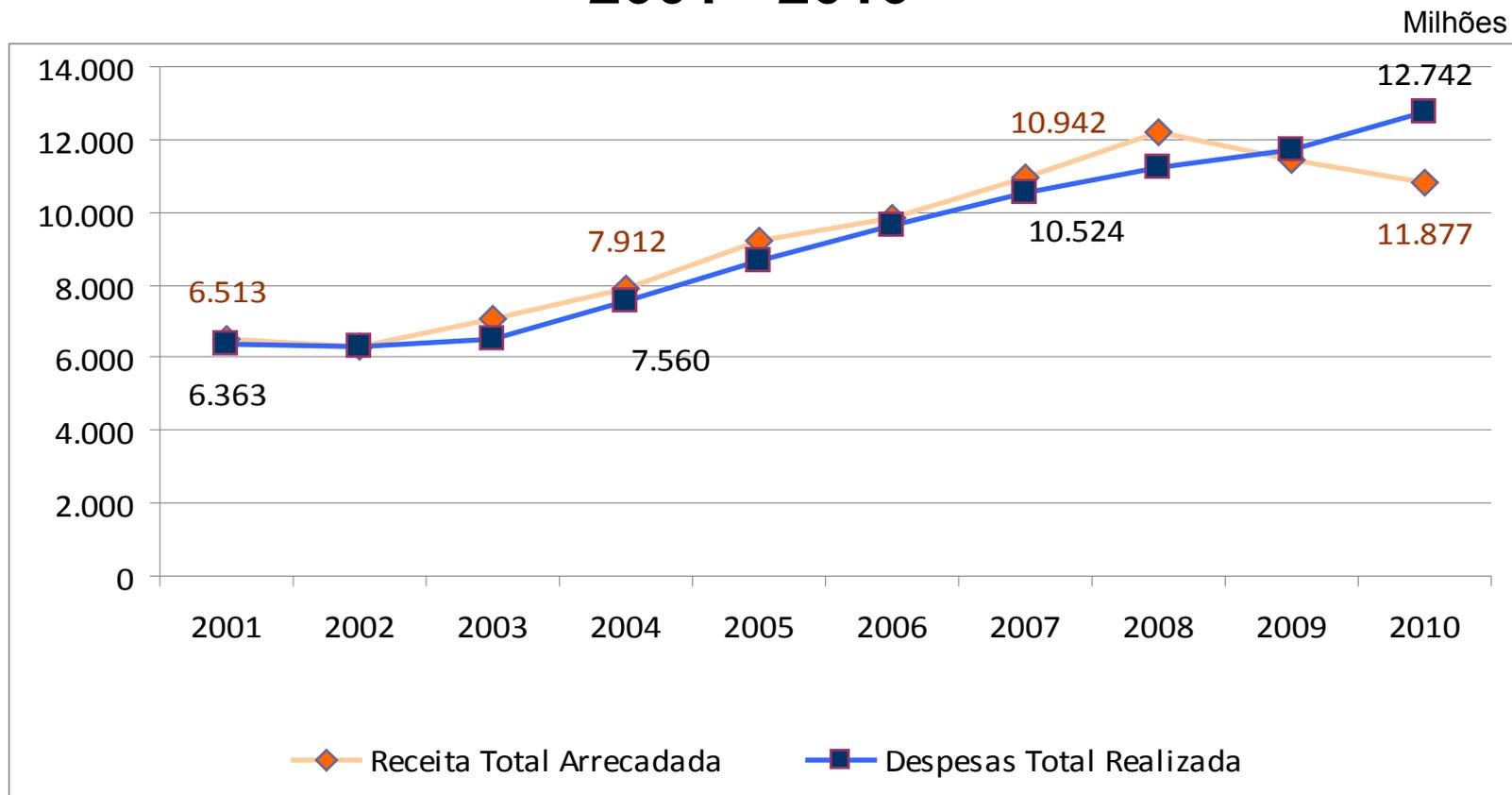
RECEITAS REALIZADAS

RECEITAS	2010
Receitas Correntes	11.590.308.955
Tributária	8.131.385.631
de Contribuições	216.363.390
Patrimonial	309.706.695
Agropecuária	80.753
Industrial	8.184.651
de Serviços	26.316.132
Transferências Correntes	2.729.874.535
Outras Receitas Correntes	219.556.337
Deduções das Rec.Correntes	-1.114.592.307
Rec.Intra-Orçamentárias	1.063.433.138
Receitas de Capital	287.310.235
Operações de Crédito	170.890.373
Alienação de Bens	164.073
Amortização de Empréstimos	41.662
Transferências de Capital	8.667.859
Outras Receitas de Capital	107.546.269
TOTAL	11.877.619.190

Fonte: Balancete Geral do Estado – Exercício de 2010

Evolução

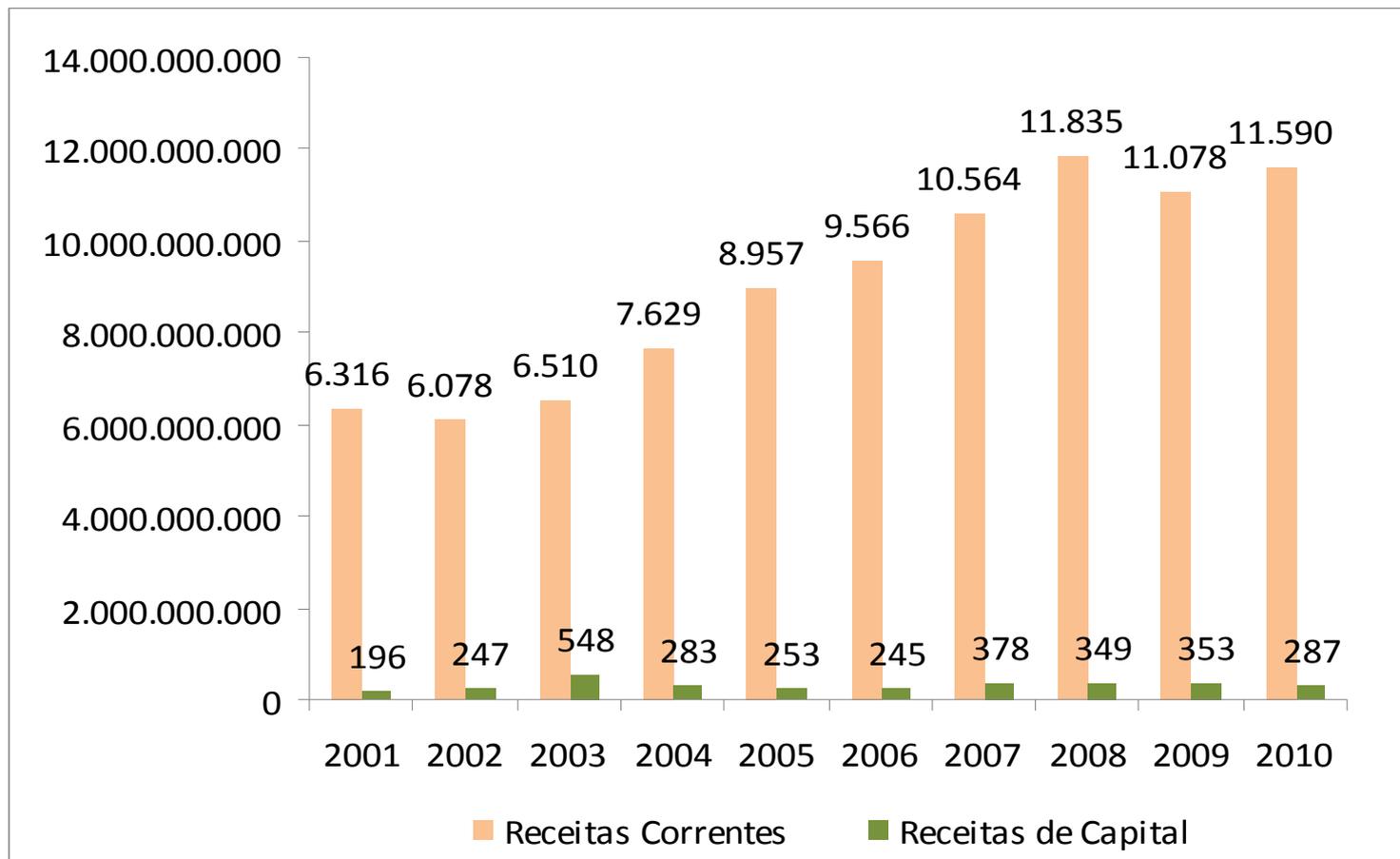
Receita Líquida Arrecadada e Despesa Total Realizada 2001 - 2010



Fonte: publicação no DOE da LOA dos respectivos exercícios corrigidos até dez/2010 pelo IPCA

Receitas Arrecadadas por Categoria Econômica 2001 - 2010

Milhões



Fonte: LOA dos respectivos exercícios publicados no DOE (2001/2009), Balanço Orçamentário do Governo do Estado (2010).

A receita corrente inclui as receitas intraorçamentárias e exclui as deduções correntes.

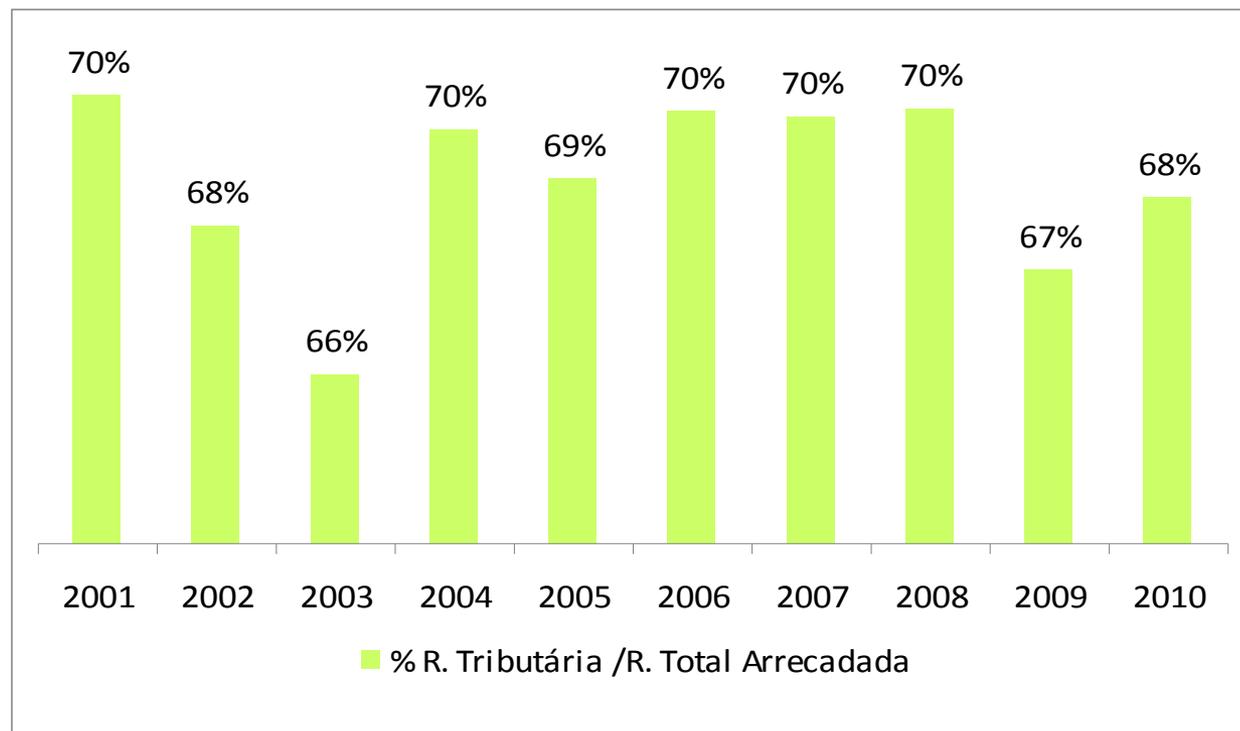
RECEITAS TRIBUTÁRIAS

Demonstrativo dos Valores da Receita Tributária e da Receita Total Líquida Arrecadada



Fonte: LOA dos respectivos exercícios publicados no DOE (2001/2009), Balanço Orçamentário do governo (2010) O IRRF de 2001, 2002 e 2003 foram extraídos da conta de transferências do IRRF. (a rec. Total líquida arrec. corresponde a rec. Corrente mais as rec. Intra orç. Menos as deduções correntes mais rec. Capital)

Participação das Receitas Tributárias sobre a Receita Total Arrecadada Líquida



Fonte: LOA's publicadas no DOE (2001/2009), Balanço Orçamentário do Governo (2010)

A participação das receitas tributárias ficou entre o período de 2001 a 2010 na média de 69% do total das receitas arrecadadas.

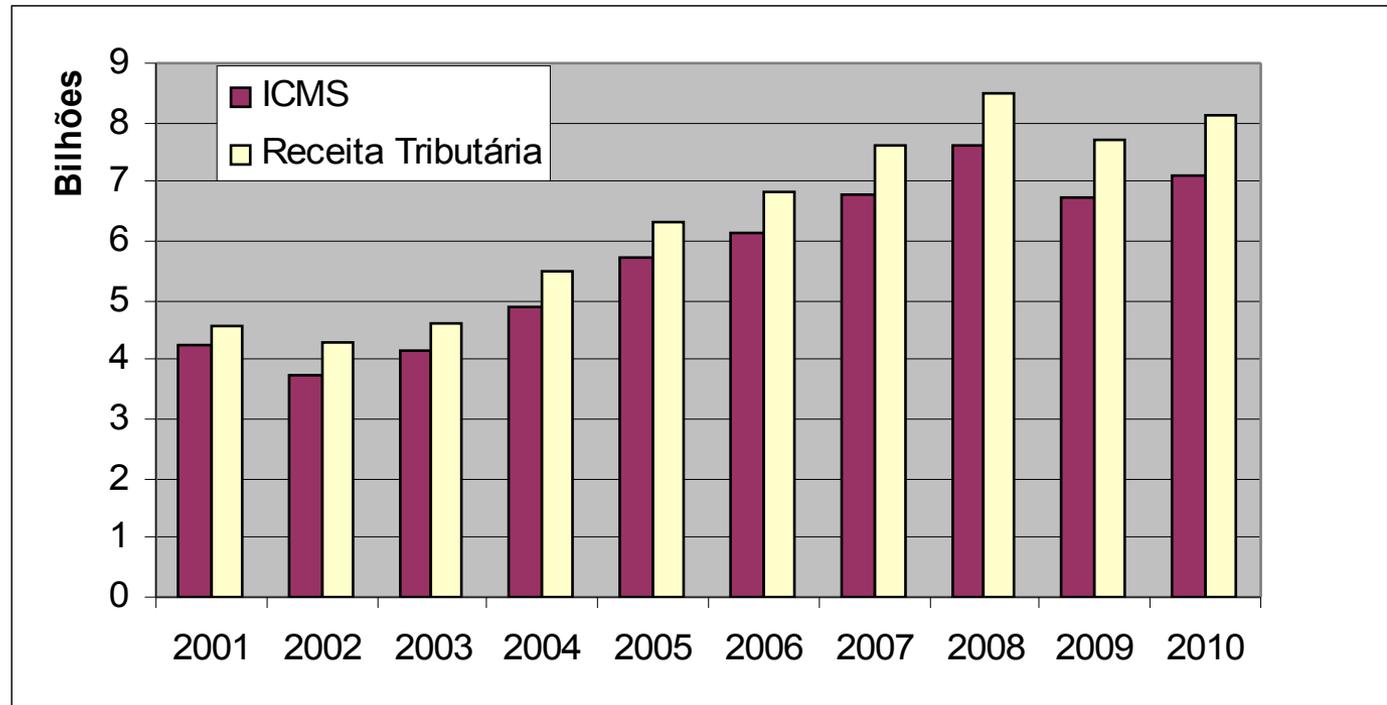
PARTICIPAÇÃO DO ICMS

O ICMS é o mais expressivo dos impostos, não somente para o Estado do Espírito Santo, como também para todos os estados do Brasil.

A sua representatividade no estado do Espírito Santo ficou em torno de 91% em relação às outras receitas tributárias, no período 2001-2010, conforme publicações das LOAs dos exercícios no Diário Oficial do Estado.

Demonstrativo

Participação do ICMS na Receita Tributária



Fonte: LOA's publicadas no DOE (2001/2009), Balanço Orçamentário do Governo (2010)

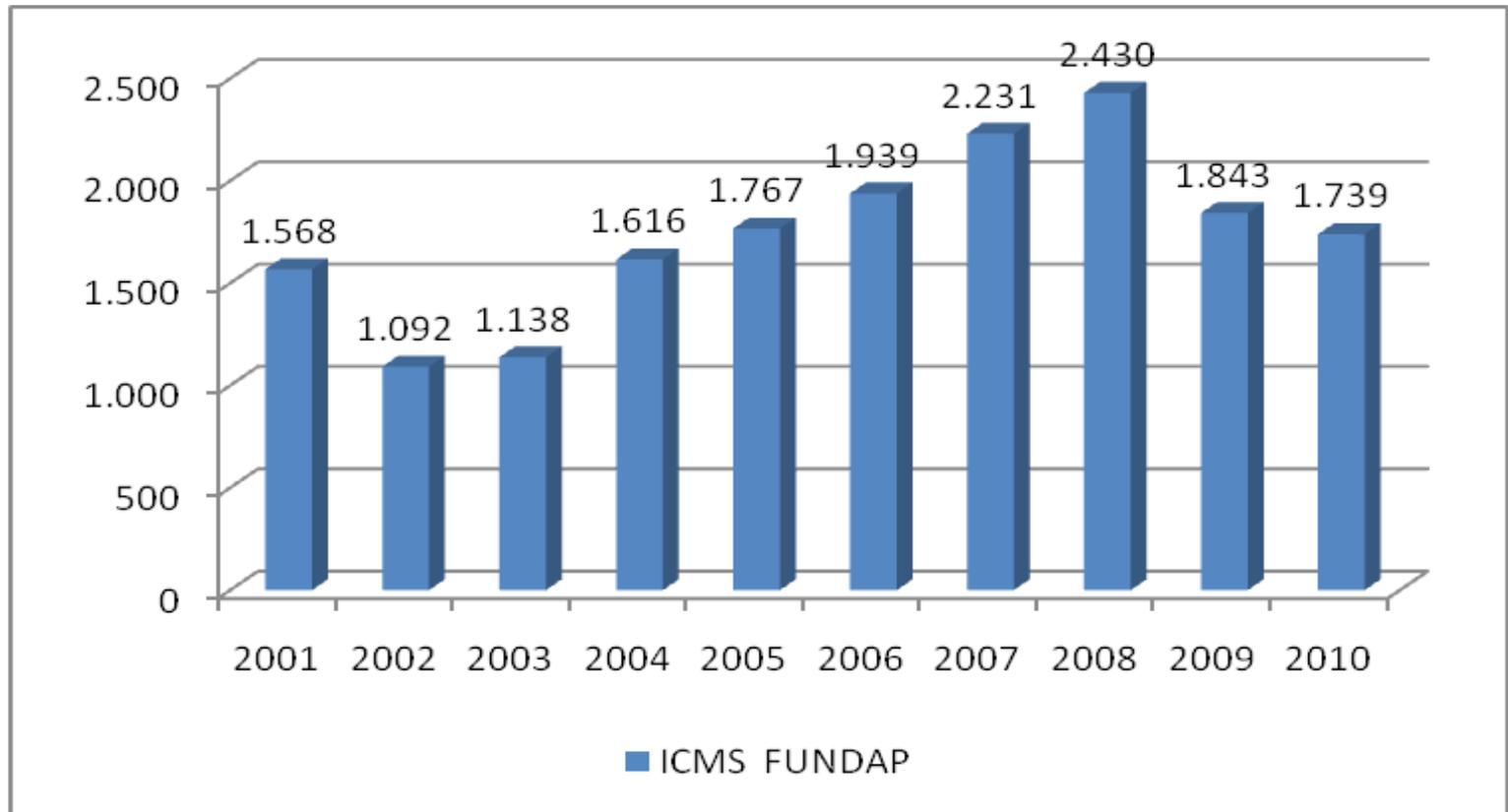
ICMS-FUNDAP

O ICMS-FUNDAP é um incentivo financeiro, tratado na Lei nº 2.508/70 e suas alterações.

Tem por objetivos ampliar a renda do setor terciário do Estado por meio de incremento e diversificação comercial com o exterior e ampliar a renda dos setores primário e secundário do Estado, por meio de promoção de novos investimentos em projetos agropecuários, industriais, de pesca, de turismo, de reflorestamento, de serviço, de saúde, de educação, social, de transporte, de infra-estrutura não governamental, de construção, de natureza cultural e de comércio.

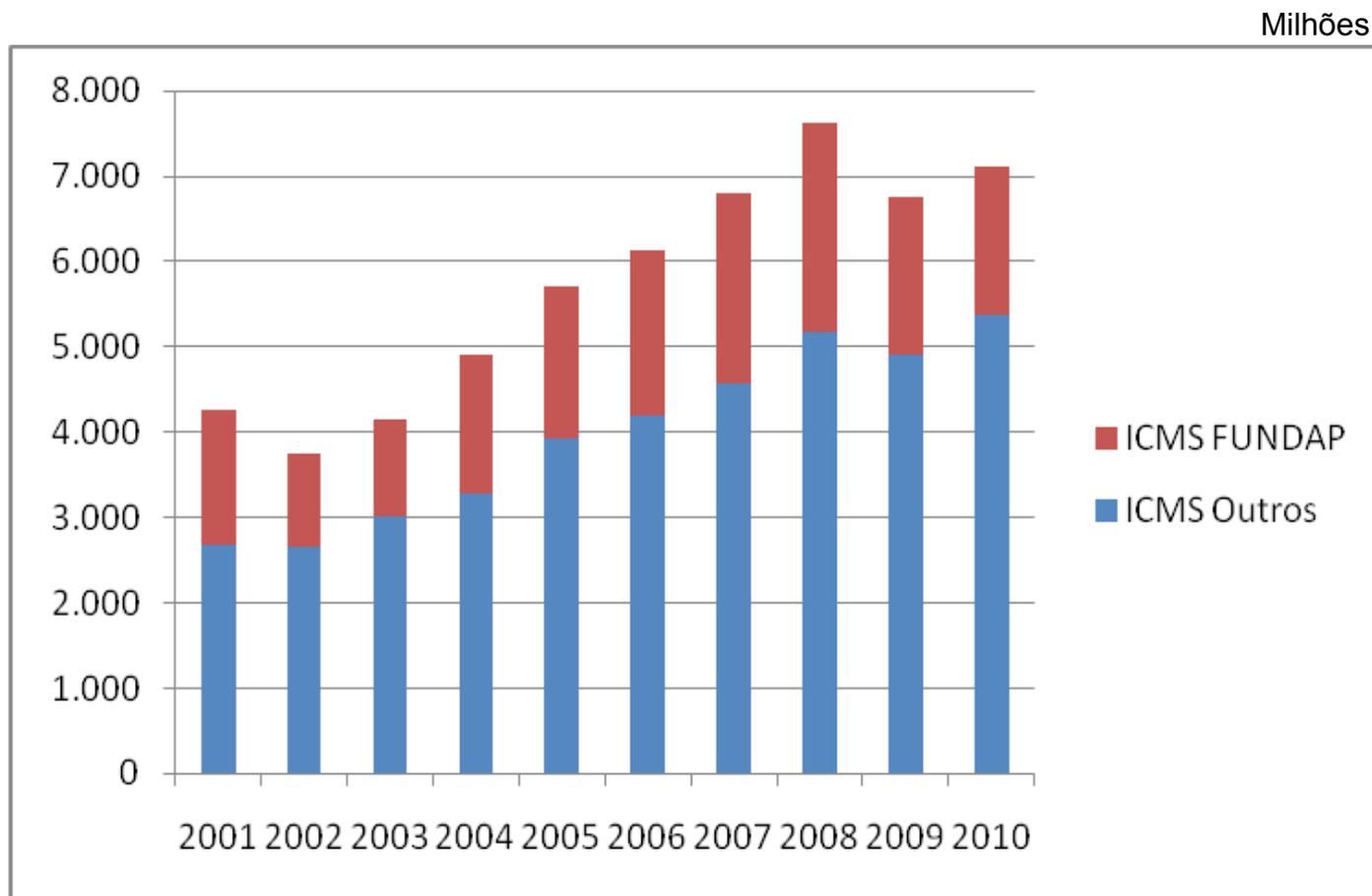
Evolução ICMS Fundap

Milhões



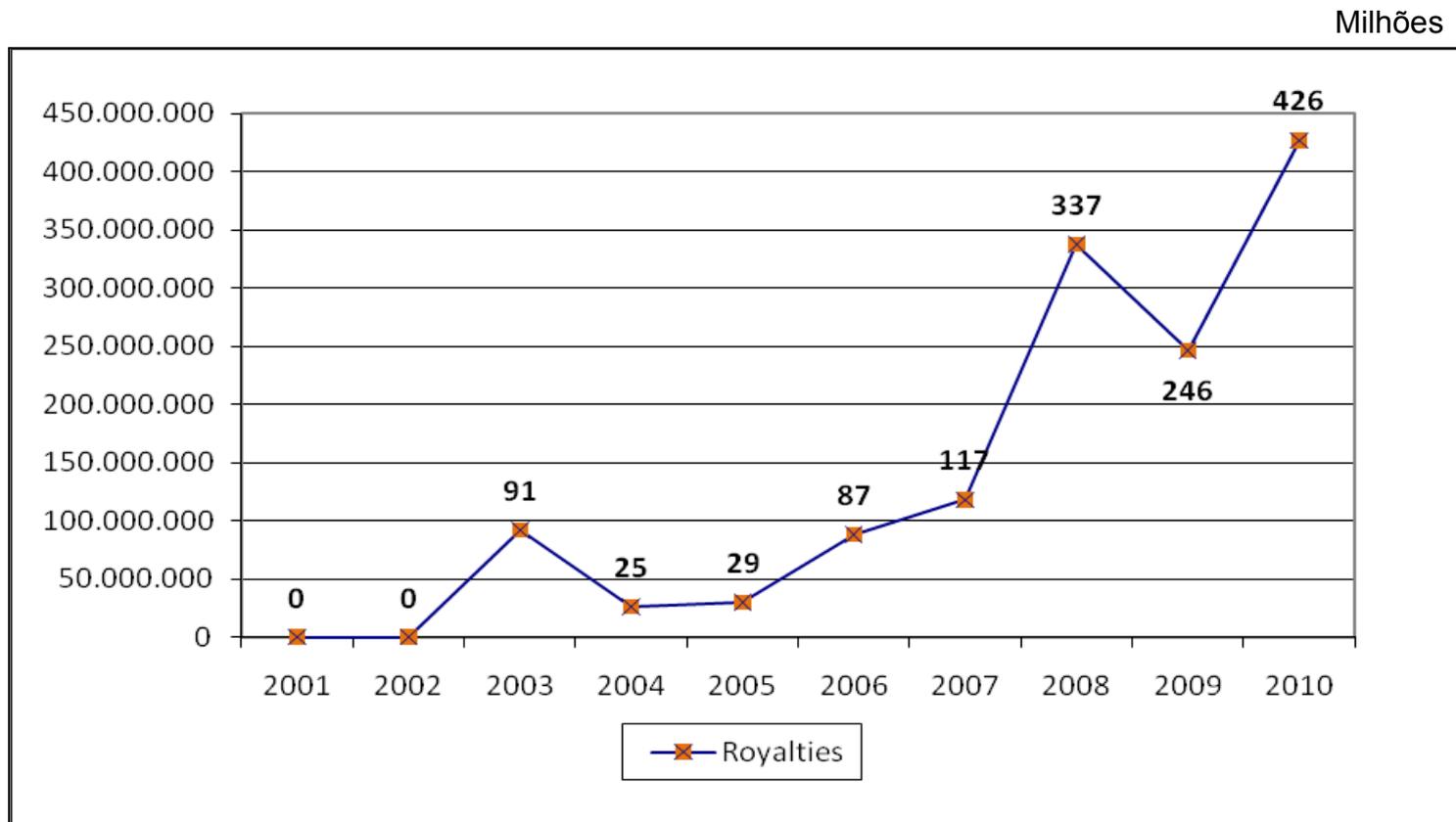
Fonte: SEFAZ – Balancetes conta contábil 41113.02.15 (2004 a 2010) e PCA (2001 e 2003)
(valores de 2001 a 2009 corrigidos até 31/12/2010 pelo IPCA)

Participação do FUNDAP na Arrecadação de ICMS



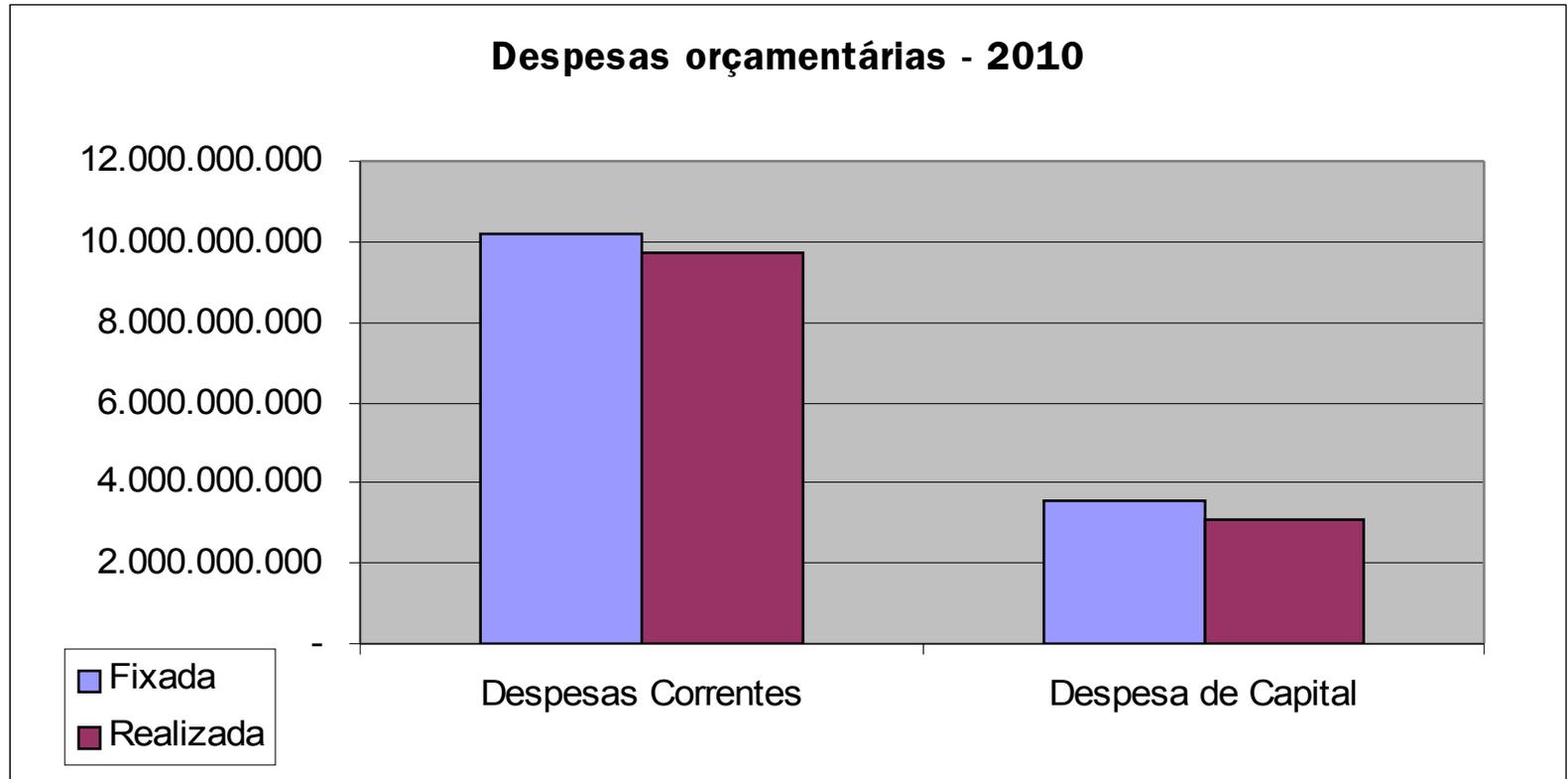
Fonte: SEFAZ – Balancetes conta contábil 41113.02.15 (2004 a 2010) e PCA (2001 e 2003)
(valores de 2001 a 2009 corrigidos até 31/12/2010 pelo IPCA)

EVOLUÇÃO ROYALTIES DO PETRÓLEO

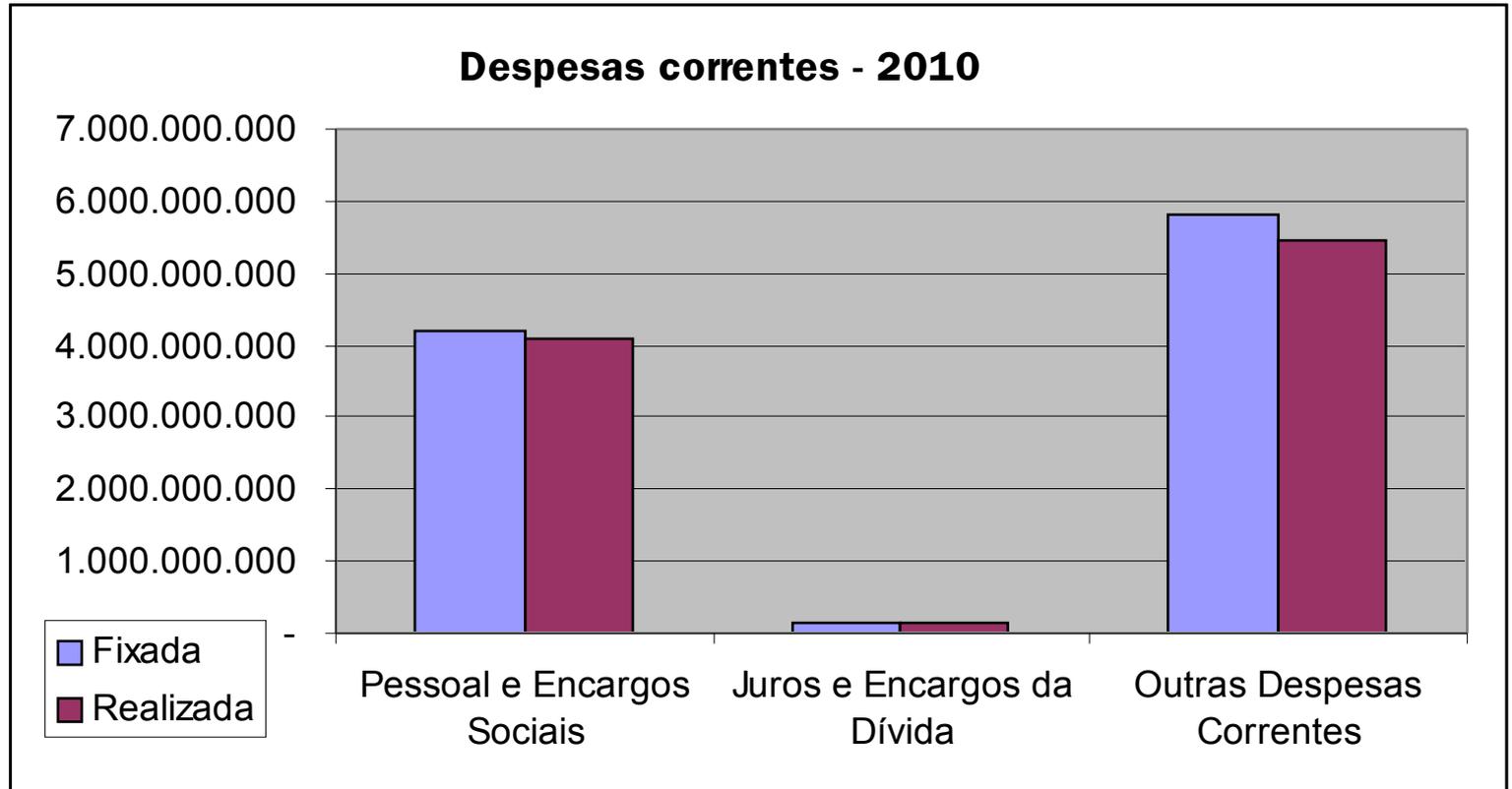


Fonte: Sefaz – Balançetes contas contábeis (417212230 , 417212250 e 417212270) (2004 a 2010) e Siafem (2001 e 2003) (valores de 2001 a 2009 corrigidos até 31/12/2010 pelo IPCA)

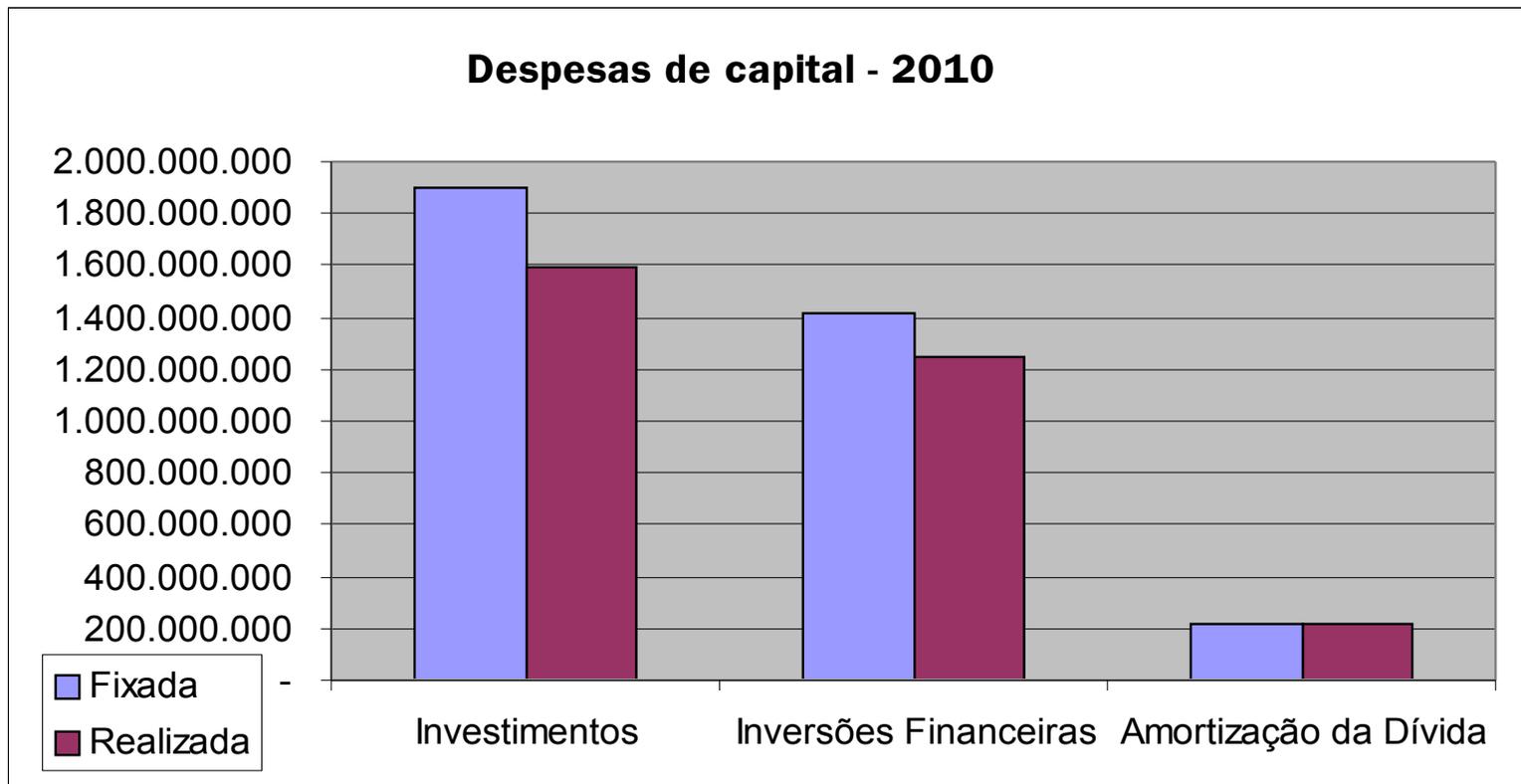
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS



DESPESAS CORRENTES



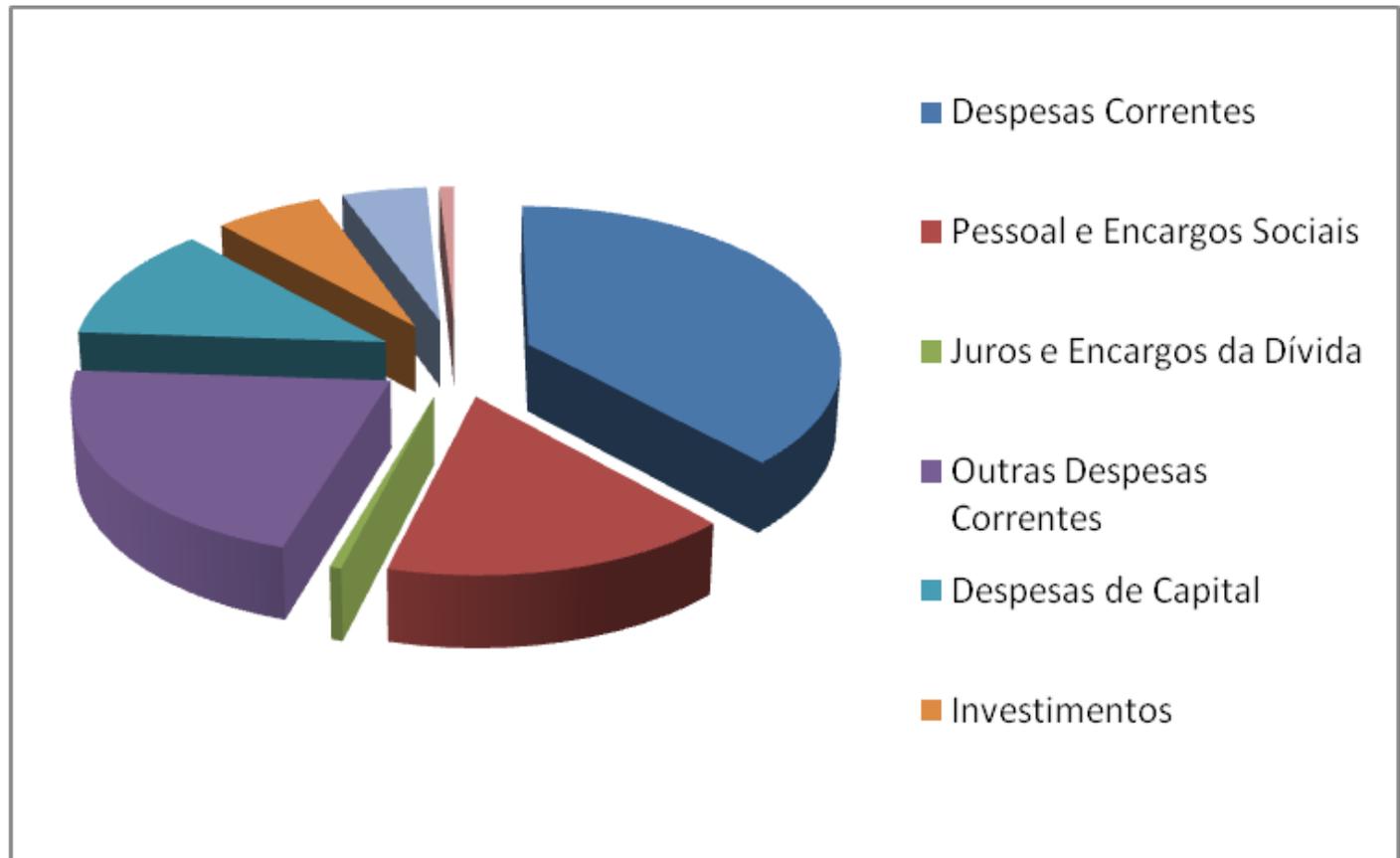
DESPESAS DE CAPITAL



DESPESAS REALIZADAS POR GRUPOS DE DESPESAS EXERCÍCIO 2010

DESPESAS	Realizada	%
Despesas Correntes	9.689.078.646	76,04%
Pessoal e Encargos Sociais	4.102.350.338	32,19%
Juros e Encargos da Dívida	139.497.607	1,09%
Outras Despesas Correntes	5.447.230.700	42,75%
Despesas de Capital	3.053.819.006	23,96%
Investimentos	1.593.120.637	12,50%
Inversões Financeiras	1.246.564.095	9,78%
Amortização da Dívida	214.134.274	1,68%
Reserva de Contingência	-	
TOTAL	12.742.897.652	100,00%

DESPESAS REALIZADAS POR GRUPOS DE DESPESAS EXERCÍCIO 2010



Distribuição da Despesa por Funções, Segundo a Materialidade

Anexo 7 da Lei 4.320 - Exercício 2010

DESPESAS	12.742.897.651,78	Percentual da despesa total
ENCARGOS ESPECIAIS	3.671.690.360,78	28,814
EDUCAÇÃO	1.433.701.807,85	11,251
SAÚDE	1.427.183.666,44	11,200
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.336.459.655,39	10,488
SEGURANÇA PÚBLICA	1.101.505.574,91	8,644
TRANSPORTE	684.937.113,70	5,375
JUDICIÁRIA	630.269.521,31	4,946
ADMINISTRAÇÃO	554.726.128,12	4,353
DIREITOS DA CIDADANIA	453.061.317,96	3,555
ESSENCIAL A JUSTIÇA	241.998.839,92	1,899
AGRICULTURA	216.532.521,93	1,699
LEGISLATIVA	186.003.424,06	1,460
ASSISTÊNCIA SOCIAL	177.748.446,13	1,395
URBANISMO	141.732.583,20	1,112
SANEAMENTO	137.605.489,15	1,080
CULTURA	74.173.483,91	0,582
DESPORTO E LAZER	57.000.233,85	0,447
COMUNICAÇÕES	42.255.700,45	0,332
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	41.837.620,62	0,328
GESTÃO AMBIENTAL	41.827.137,36	0,328
COMÉRCIO E SERVIÇOS	33.528.106,92	0,263
HABITAÇÃO	32.200.975,39	0,253
TRABALHO	17.794.297,34	0,140
INDÚSTRIA	6.726.350,67	0,053
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	397.294,42	0,003
		100,000

Fonte: Anexo 7 da Lei 4.320 – PCA Exercício de 2010

A FUNÇÃO ENCARGOS ESPECIAIS INCLUEM AS CONTAS

DEMONSTRATIVO DA FUNÇÃO ENCARGOS ESPECIAIS	
REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA INTERNA	216.731.460,11
SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	118.381.300,55
SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA	18.519.121,40
TRANSFERÊNCIAS	2.066.852.405,55
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	1.251.206.073,17
TOTAL DA FUNÇÃO	3.671.690.360,78

Fonte: Anexo II DESPESAS_FUNCAO_SUBFUNCAO – RREO 6º Bimestre/2010

BALANÇO FINANCEIRO

RECEITA		DESPESA	
Receitas Orçamentárias	10.817.048.975,67	Despesas Orçamentárias	11.682.327.437,40
Receitas Correntes	11.641.468.123,09		
Receitas de Capital	287.310.235,12		
Receita Intra-Orçamentária	2.862.924,11		
Deduções da Receita Corrente	(1.114.592.306,65)		
Transferências Financeiras	11.002.473.248,90	Transferências Financeiras	11.002.473.248,90
Repasse Recebido	3.010.415.260,60	Repasse Concedido	3.010.415.260,60
Sub-repasse Recebido	412.855.392,69	Sub-repasse Concedido	412.855.392,69
Cota Recebida	7.424.077.848,84	Cota Concedida	7.424.077.848,84
Corresp. Crédito Interna	155.124.746,77	Corresp. Débito Interna	155.124.746,77
Receitas Extra-Orçamentárias	789.807.250,94	Despesas Extra-Orçamentárias	460.242.237,50
Saldo do Exercício Anterior	3.081.447.311,11	Saldo para o Exercício Seguinte	2.545.733.862,82
SOMA	25.690.776.786,62	SOMA	25.690.776.786,62

Receitas e Despesas Extraorçamentárias

Receitas e Despesas Extraorçamentárias	
Receitas	Despesas
R\$ 789.725.547,00	R\$ 460.242.237,00

Restos a Pagar

Movimentação dos Restos a Pagar		
Saldo Anterior	R\$	844.565.339,00
(-) Pagamentos	R\$	(449.023.939,00)
(-) Cancelamentos	R\$	(368.839.913,00)
(+) Inscrições	R\$	743.725.547,00
Saldo Exercício Seguinte	R\$	770.427.034,00

Fonte: Balanço Financeiro – PCA

Evolução de Restos a Pagar

Exercícios de 2006 a 2010

TÍTULO	2006	2007	2008	2009	2010
Inscrição de Restos a Pagar	393.131.931	523.794.471	486.917.538	724.903.683	743.725.547
(-) BAIXAS (Pagamentos e anulações)	434.602.642	394.981.940	517.407.221	496.317.736	817.863.853
(=) Movimento Líquido de Restos a Pagar (Insc.- baixa)	- 41.470.711	128.812.531	- 30.489.683	228.585.948	- 74.138.305
Saldo de Restos a Pagar até o Exercício	517.656.544	646.469.075	615.979.392	844.565.339	770.427.034

Demais Receitas e Despesas Extraorçamentárias

Demais Receitas e Despesas Extraorçamentárias	
Receitas	Despesas
R\$ 46.081.703,00	R\$ 11.218.298,00

Contas estão evidenciadas analiticamente no demonstrativo denominado
“Anexo 13-A da Lei 4.320/64”

Movimentação da Dívida Flutuante

A dívida flutuante compreende: os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida, os serviços da dívida a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria.

Verifica-se que o saldo da dívida flutuante em 31/12/2010 diminuiu se comparado com o saldo da dívida flutuante em 31/12/2009.

Movimentação da Dívida Flutuante	
Saldo Anterior (2009)	1.058.155.560,85
Exclusão de valores da COHAB	11.674.568,28
Saldo após a exclusão	1.046.480.992,57
Inscrição	8.561.392.348,48
Baixa	8.616.412.599,86
Saldo para o Exercício Seguinte	991.460.741,19

Demonstração das Variações Patrimoniais

É na Demonstração das Variações Patrimoniais que se apura o resultado patrimonial alcançado durante o exercício, evidenciando todas as variações ocorridas no período a que se refere.

Nessa demonstração devem constar as variações provocadas pela execução orçamentária, bem como aquelas independentes dessa execução, indicando, ainda, o Resultado Patrimonial do Exercício.

O Quadro resume as variações patrimoniais consolidadas ocorridas no Estado durante o exercício em análise:

Demonstração Resumida das Variações Patrimoniais Exercício de 2010

Variações Ativas	R\$ 54.382.614.338,47	Variações Passivas	R\$ 52.869.098.934,11
Receitas Orçamentárias	R\$ 11.877.619.190,05	Despesas Orçamentárias	R\$ 12.742.897.651,78
Receitas Correntes	R\$ 11.641.468.123,09	Despesas Correntes	R\$ 9.689.078.645,73
Receitas de Capital	R\$ 287.310.235,12	Despesas de Capital	R\$ 3.053.819.006,05
(Redutora da Receita)	(R\$ 1.114.592.306,65)		
Rec. Corrente Intra Orçamentárias	R\$ 1.063.433.138,49		
Mutações Ativas	R\$ 2.591.016.780,25	Mutações Passivas	R\$ 436.387.344,13
Interferências Ativas	R\$ 21.595.640.277,69	Interferências Passivas	R\$ 21.595.776.336,35
Transf. Bens e Valores Recebidos	R\$ 9.519.291,61	Transf. Bens e Val. Concedidos	R\$ 9.519.291,61
Movimento Fundos a Débito	R\$ 9.296.074.711,28	Movimento de Fundos a Crédito	R\$ 9.296.210.769,94
Ordens Transferência Recebidas	R\$ 1.146.358.600,20	Ordens de Transf. Concedidas	R\$ 1.146.358.600,20
Sub- repasse Recebido	R\$ 412.855.392,69	Sub- repasse Concedido	R\$ 412.855.392,69
Repasse Recebido	R\$ 3.010.415.260,60	Repasse Concedido	R\$ 3.010.415.260,60
Repasse Previdenciário Recebido	R\$ 71.684.237,53	Repasse Previd. Concedido	R\$ 71.684.237,53
Cota Recebida	R\$ 7.424.077.848,84	Cota Concedida	R\$ 7.424.077.848,84
Ordens Transf. Financ. Recebidas	R\$ 224.654.934,94	Ordens Transf. Financ. Conced.	R\$ 224.654.934,94
Acréscimos Patrimoniais	R\$ 18.318.338.090,48	Decréscimos Patrimoniais	R\$ 18.094.037.601,85
Incorporação de Bens Imóveis	R\$ 116.257.897,17	Desincorporação de Ativos	R\$ 1.511.506.785,30
Incorporação de Bens Móveis	R\$ 312.278.766,29	Ajustes Bens, Val. e Créditos	R\$ 12.207.796,75
Incorporação de títulos e valores	R\$ 1.549.770,72		
Incorporação de Direitos	R\$ 854.077.498,73	Incorporação de Obrigações	R\$ 16.202.415.268,54
Reavaliações de Bens	R\$ 598.143.515,74	Ajustes de Obrigações	R\$ 367.907.751,26
Ajustes de Créditos	R\$ 30.813.656,98	Despesas Empresas Públicas	
Desincorporação de Obrigações	R\$ 16.335.740.992,55		
Ajustes de Obrigações	R\$ 64.475.992,30		
Incorp. Inv.p/ Transf. Outra UG	R\$ 5.000.000,00		
Receitas de Empresas Públicas		Resultado Patrimonial	R\$ 1.513.515.404,36
TOTAL	R\$ 54.382.614.338,47	TOTAL	R\$ 54.382.614.338,47

Fonte: DVP do Estado - Exercício de 2010

Variações Patrimoniais Ativas e Passivas Provenientes da Execução Orçamentária

As Variações Patrimoniais provenientes da Execução Orçamentária são aquelas que decorrem da execução do orçamento anual. Dentre elas, as mais comuns são a arrecadação das receitas e a realização das despesas orçamentárias. Já as mutações patrimoniais são variações causadas por permutas entre ativos e passivos, geralmente originadas das receitas e despesas de capital.

As **variações ativas** e **passivas** provenientes da execução orçamentária do exercício totalizaram, **R\$ 14.468.635.970,00** e **R\$ 13.179.284.995,00**, respectivamente, o que demonstra que as variações patrimoniais provenientes da execução orçamentária foram **superavitárias em R\$ 1.289.350.974,00**.

Resultado Patrimonial

O Resultado Patrimonial evidenciado na Demonstração das Variações Patrimoniais (Anexo 15 da Lei 4.320/64) representa o superávit ou déficit verificado em termos patrimoniais. No caso do Governo do Estado do Espírito Santo, a Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada revela um **Resultado Patrimonial superavitário em R\$ 1.513.515.404,00**, apontando que as Variações Ativas foram superiores às Passivas nesse valor.

Esse valor, adicionado ao Ativo Real Líquido existente em 31 de dezembro do exercício anterior (2009), que era de R\$ 8.126.759.983,00, menos a exclusão dos saldos contábeis da COHAB (R\$ 27.155.595,01) resulta em um **Ativo Real Líquido Apurado de R\$ 9.613.119.793,11**, para o exercício sob análise (2010).

Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial apresenta, de forma sintética, os bens, direitos e obrigações que compõem o Patrimônio Estadual ao final do período a que é específico.

No Quadro a seguir está demonstrada a composição patrimonial consolidada, em 31 de dezembro de 2010, da Administração Pública do Estado do Espírito Santo.

Balanço Patrimonial Consolidado

Exercício de 2010

Ativo		Passivo	
R\$ 22.475.590.923,15		R\$ 22.475.590.923,15	
Ativo Financeiro		Passivo Financeiro	
R\$ 2.653.854.466,01		R\$ 991.460.741,19	
Disponível	R\$ 2.545.733.862,82	Depósitos	R\$ 213.879.366,62
Créditos em Circulação	R\$ 69.645.481,10	Consignações	R\$ 21.150.876,60
Realizável a Longo Prazo	R\$ 38.475.122,09	Outros Depósitos	R\$ 305.223,75
		Depósitos de Diversas Origens	R\$ 72.682.695,02
		Credores - Entidades e Agentes	R\$ 95.696,94
		Recursos Vinculados	R\$ 119.644.874,31
		Recursos Especiais a Liberar	R\$ 770.215.454,09
		Restos a Pagar	R\$ 770.215.454,09
		Serviço da Dívida a Pagar	-
		Valores Pendentes a Curto Prazo	R\$ 7.365.920,48
		Receitas Pendentes	R\$ 787.605,61
		Obigações - Empr. Públ. Depend.	R\$ 6.578.314,87
		Outros Valores Pendentes	R\$ -
Ativo Permanente	R\$ 12.183.464.646,54	Passivo Permanente	R\$ 4.232.738.578,25
Investimento	R\$ 2.172.182.017,47	Dívida Fundada Interna	R\$ 2.592.522.235,85
Imobilizado	R\$ 2.607.046.159,93	Dívida Fundada Externa	R\$ 308.608.778,28
Bens e Valores em Circulação	R\$ 246.988.569,67	Exigível a Longo Prazo	R\$ 1.331.607.564,12
Créditos em Circulação	R\$ 67.865.048,28	Resultado de Exercícios Futuros	R\$ -
Realizável a Longo Prazo	R\$ 7.088.171.047,53		
Diferido	R\$ 1.211.803,66	Ativo Real Líquido	R\$ 9.613.119.793,11
		Patrimônio	R\$ 9.619.173.090,22
		Reservas	R\$ 808,92
		Lucros ou Prejuízos Acumulados	(R\$ 6.054.106,03)
Compensado	R\$ 7.638.271.810,60	Compensado	R\$ 7.638.271.810,60
Compensações Ativas Diversas	R\$ 7.638.271.810,60	Compensações Passivas Diversas	R\$ 7.638.271.810,60

Fonte: Balanço Patrimonial do Estado – Exercício de 2010

Apuração do Déficit/Superávit Financeiro

Um dos principais objetivos da separação entre financeiro e não financeiro é a apuração do superávit financeiro, que servirá, caso ocorra, como fonte para abertura de crédito adicional no exercício seguinte ao do Balanço, conforme dispõe o artigo 43, § 10, inciso I, da Lei 4.320/64.

O Balanço Patrimonial do Estado Consolidado espelha um **Ativo Financeiro** no valor de **R\$ 2.653.854.466,00** e um **Passivo Financeiro** no valor de **R\$ 991.460.741,00**, resultando num **superávit financeiro** de **R\$ 1.662.393.724,00**.

Nesse contexto, deve ser observado, ainda, o disposto no art. 8º, parágrafo único da LRF, onde consta que os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação.

CONCILIAÇÕES BANCÁRIAS

Somadas as ocorrências relatadas (R\$ 1.989.093,00) (R\$ 1.271.950,00 – corrigido) evidencia-se que possui uma baixa representatividade, se comparado com o total do Disponível (R\$ 2.545.543.830,00), e na presente análise não possuem o condão de distorcer de forma relevante à informação prestada no termo de verificação de disponibilidades financeiras, devendo ser verificados nas prestações de contas das respectivas unidades gestoras.

LEI COMPLEMENTAR Nº 101/00

Depois de procedidos os levantamentos e as análises pormenorizadas dos relatórios de execução orçamentária e de gestão fiscal requeridos pela Lei Complementar nº 101/00, a Comissão Técnica pôde constatar sua integralidade, tempestividade, publicidade, adequação de informações e percentuais informados, cuja integra consta da seção 5 do relatório técnico.

Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO

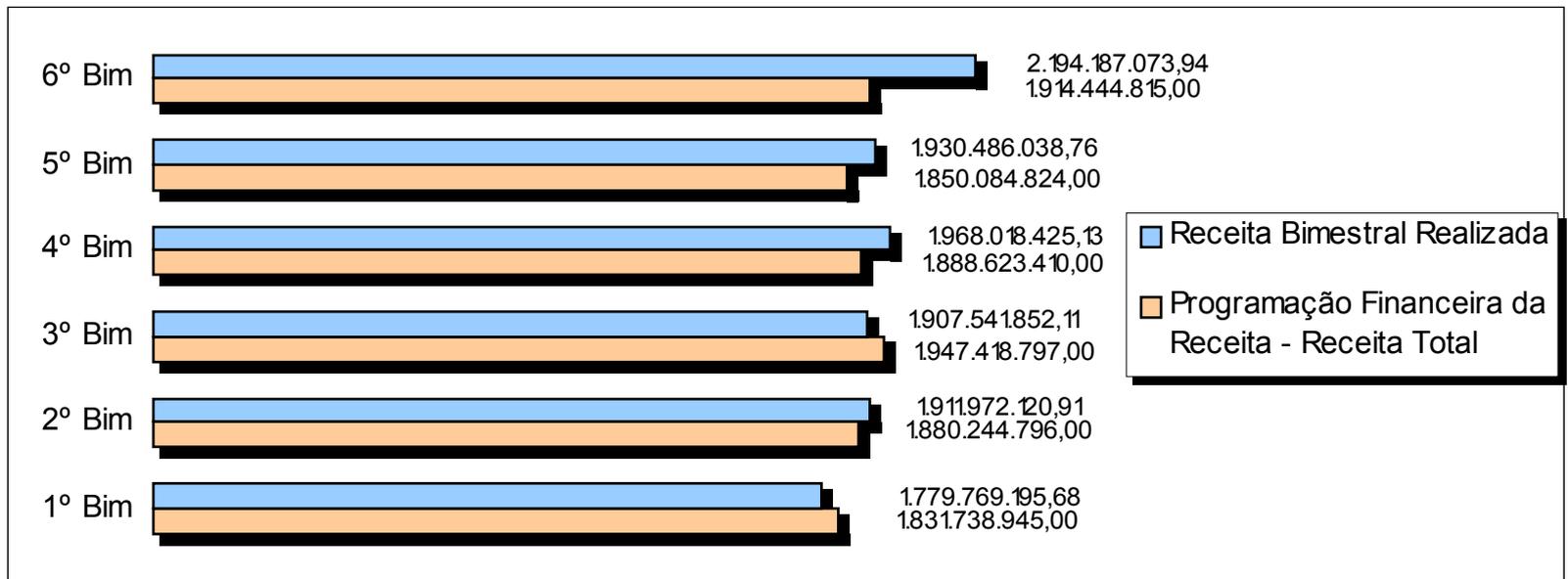
Considerações Preliminares

O Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO, instrumento de transparência que permite o acompanhamento do equilíbrio das contas públicas, deverá especificar e demonstrar o conteúdo discriminado nos artigos 48, 52 e 53 da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como o disposto na Portaria STN nº 462/09, que instituiu e revisou o Manual de Demonstrativos Fiscais para o exercício de 2010.

Confrontação dos RREOs publicados pelo Poder Executivo com os apurados pelo TCEES

Verificou-se que embora tenham sido constatadas algumas divergências decorrentes da confrontação realizada ao longo do exercício de 2010, essas se consubstanciaram irrelevantes.

Comparativo da Receita Bimestral com a Programação Financeira da Receita



Demonstrativo da Receita Corrente Líquida – RCL

- A Receita Corrente Líquida, base de cálculo para os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, totalizou no 6º bimestre, o valor de **R\$ 7.909.033.785,79**.
- Foram constatadas divergências entre os valores apurados pelo TCEES e os apresentados pelo Poder Executivo Estadual (**R\$ 8.239.168.317,26**);
- São provenientes da não exclusão, por parte do Poder Executivo, do valor da receita do Imposto de Renda (IRRF) dos servidores estaduais, conforme entendimento Plenário desta Corte estabelecido no Parecer Consulta TC-18/2003.

Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

- Observaram-se déficits previdenciários no 3º, 4º e 5º bimestres;
- Atingiu-se uma situação de equilíbrio no 6º bimestre de 2010, quando verificou-se a ocorrência de Superávit Previdenciário no total de R\$ 1.732.259,92;
- Ressalta-se que foi previsto no orçamento de 2010 no Programa de Governo 9998 – Reserva do Regime Próprio de Previdência uma dotação de R\$ 140.233.259, 00 destinada à cobertura de eventuais déficits futuros;
- Durante o exercício a dotação foi anulada com vistas a suplementar outras dotações;
- Os aportes financeiros do ente para cobertura de insuficiências financeiras no Plano Financeiro, apurados no 6º bimestre totalizaram R\$ 71.684.237,53.

Receitas e Despesas Previdenciárias (Resumo)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim
<i>Total de Receitas Previdenciárias</i>	204.017.916,60	418.836.349,88	583.837.495,94	799.043.834,42	1.028.021.788,46	1.305.647.443,11
Total de Despesas Previdenciárias	194.592.381,75	401.096.144,67	612.766.769,14	830.653.867,89	1.047.054.535,14	1.303.915.183,19
Resultado Previdenciário	9.425.534,85	17.740.205,21	(28.929.273,20) Déficit Previdenciário	(31.610.033,47) Déficit Previdenciário	(19.032.746,68) Déficit Previdenciário	1.732.259,92
Aportes de Recursos para o Regime Próprio de Previdência do servidor	9.054.751,03	21.036.747,96	31.017.290,20	42.364.036,46	56.553.474,36	71.684.237,53
Reserva Orçamentária do RPPS	140.233.259,00	140.233.259,00	140.233.259,00	140.233.259,00	140.233.259,00	-
Bens e Direitos do RPPS	316.041.062,37	337.441.908,27	301.548.783,05	309.941.513,64	338.200.058,66	353.705.809,52
Receitas Intra-Orçamentárias - RPPS	165.379.358,15	339.780.117,24	470.508.776,18	799.043.834,42	1.028.021.788,46	1.049.695.707,68
Despesas Intra-Orçamentárias - RPPS	739.771,61	1.595.754,11	2.473.388,62	830.653.867,89	1.047.054.535,14	5.172.754,09

Fonte: Processos TC nºs 2746/10, 5538/10, 6769/10, 8270/10, 9265/10 e 0763/11

Demonstrativo do Resultado Nominal

Glossário:

Dívida Consolidada:

A dívida consolidada compreende os compromissos de exigibilidade superior a 12 meses, contraídos para atender ao desequilíbrio orçamentário ou a financiamentos de obras e serviços públicos. Esta é proveniente de financiamentos ou empréstimos, assumidos em virtude de leis, celebração de contratos e convênios, emissão de títulos ou concessão de garantias

Dívida Fiscal Líquida:

Corresponde ao saldo da dívida consolidada líquida somado às receitas de privatização.

(Dívida Consolidada (□) [(Disponibilidade de Caixa Bruta + Demais Haveres Financeiros (-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)] (+) Receita de Privatizações (-) Passivos Reconhecidos

Resultado Nominal:

O resultado nominal representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida ao final do bimestre (ou anual) atual e o saldo da dívida fiscal líquida ao final do bimestre anterior(anual).

Verifica-se, pelos demonstrativos de Resultado Nominal que no exercício de 2010, ocorreu um aumento no Resultado Nominal no valor de R\$ 842.344.944,08;

É resultado da diferença da dívida fiscal líquida apurada no final do exercício de 2009 (R\$ 174.474.000,24) e a dívida fiscal líquida de 2010 (R\$ 1.016.818.944,32).

O montante da dívida consolidada estadual apresentou um aumento de 3,12%,

Demonstrativo dos Valores da Dívida Pública

Milhões

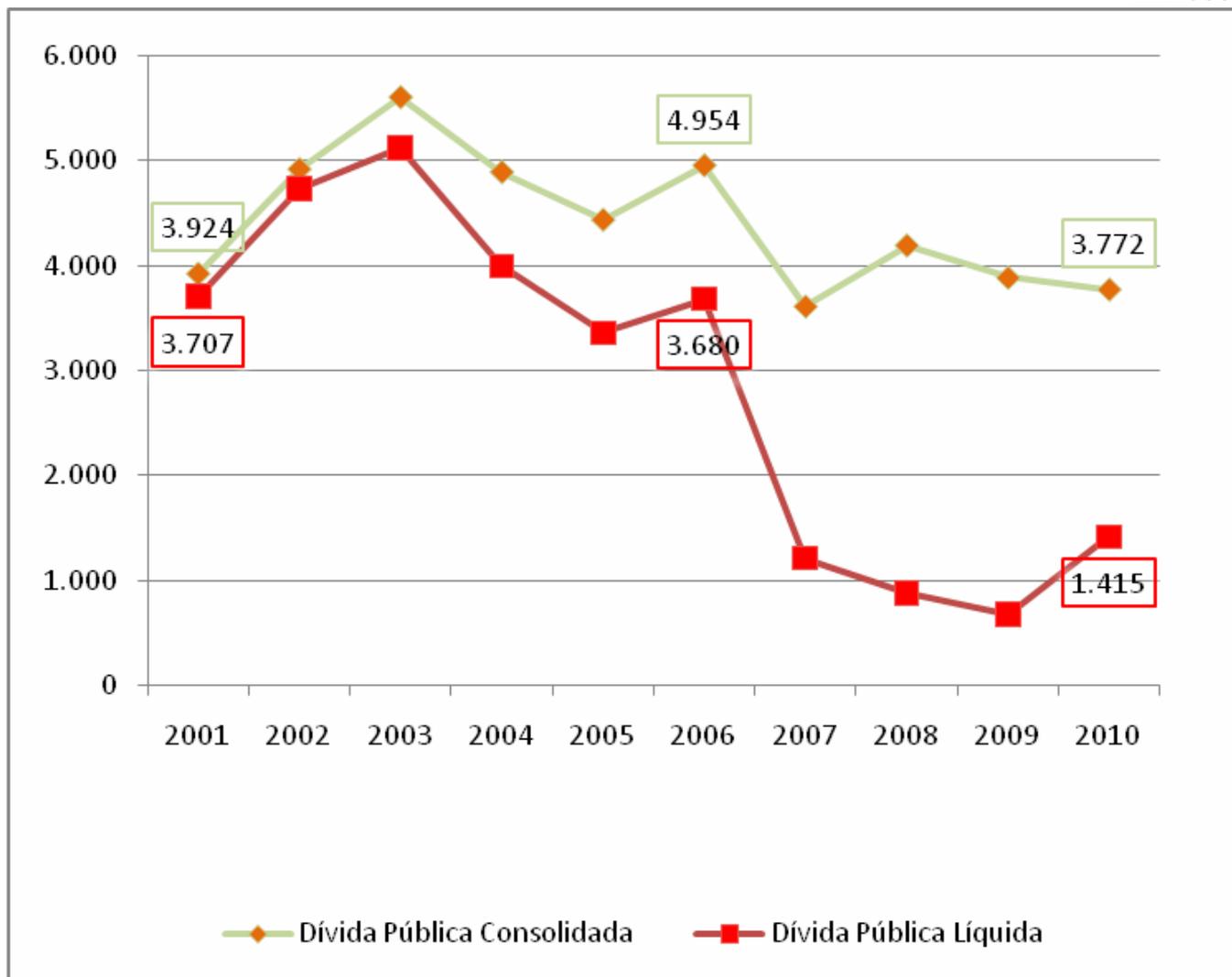
Exercício	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Dívida Pública Consolidada	3.924	4.918	5.602	4.489	4.436	4.954	3.611	4.191	3.884	3.772
Dívida Pública Líquida	3.707	4.732	5.118	3.993	3.357	3.680	1.209	881	674	1.415

Fonte: Relatórios do TCE-ES (2001/2010), constantes nas PCAs do Governador.

Valores Corrigidos pelo IPCA

Evolução da Dívida Pública

Milhões



Fonte: Relatórios do TCE-ES (2001/2010), constantes nas PCAs do Governador.

Valores Corrigidos pelo IPCA

- Constatou-se que o Resultado Nominal apurado até o 6º bimestre de 2010, não realizou a expectativa de cumprimento da meta anual de resultado nominal prevista no Anexo de Metas Fiscais da LDO, fixada em **R\$ 4.423.000,00** milhões negativos.
- Ressalta-se que a meta fiscal negativa significava uma projeção de redução da dívida fiscal líquida.

Demonstrativo do Resultado Primário

Ocorrência de **Superávit Primário** na ordem de **R\$ 69.121.268,05**;

Apesar do resultado superavitário, **não foi cumprida a Meta Anual (2010) de Resultado Primário estabelecida na LDO (R\$ 306.990.000,00).**

Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital

A conferência do demonstrativo abordou os valores das Receitas de Operações de Créditos, as Despesas de Capital e as Despesas de Capital Líquidas;

Constatou-se o cumprimento da Regra de Ouro na qual “O montante das receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital”.

Apurou-se que o montante executado das despesas de capital líquidas, no valor de **R\$ 1.950.753.659,56**, manteve-se acima das receitas de operações de crédito realizadas, que foram na ordem de **R\$ 170.890.373,03**.

Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

O Estado apresentou no RREO do último bimestre de 2010, o demonstrativo das projeções atuariais do regime próprio de previdência social dos servidores públicos com a referência de 2010 a 2085, relativos ao plano financeiro e previdenciário.

O exame do demonstrativo limitou-se à verificação da publicação do mesmo;

Não foi aferida sua conformidade, tendo em vista estas informações não constarem do Siafem;

O saldo financeiro advindo do resultado previdenciário acumulado até o exercício de 2010, no Plano Financeiro, correspondeu a **R\$ 45.603.920,63** e no Plano Previdenciário, foi no montante de **R\$ 290.600.857,53**.

Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos

Constatou-se um montante de R\$ 164.072,65, referente às receitas de capital provenientes da alienação de ativos;

Tais recursos encontram-se em disponibilidades financeiras (banco), não tendo sido realizadas despesas de capital com tais recursos;

O Saldo Financeiro a Aplicar apresentou o montante de R\$ 5.086.043,63.

Averiguação do cumprimento das metas fiscais previstas na LDO

- Constata-se que as metas fiscais anuais definidas no Anexo de Metas Fiscais constante da LDO (art. 4º, § 1º, da LRF), para o exercício de 2010, foram atendidas, exceto em relação à:
 - Despesa Total;
 - Despesas Primárias;
 - Resultado Nominal;
 - Resultado Primário, e;
 - Dívida Consolidada Líquida.
- Ressalta-se que foram desconsiderados ajustes da LOA em relação a estas metas;
- Embora se constate o desatendimento às Metas Fiscais acima relacionadas, tal resultado não implicou em desequilíbrio das contas.

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL – RGF

Considerações Preliminares

O Relatório de Gestão Fiscal (RGF) deverá especificar e demonstrar o conteúdo normatizado nas alíneas e incisos do art. 55 da LRF, que foi regulamentado pela Resolução TC-162/2001 e pela Portaria nº 462/STN, de 5 de agosto de 2009 (aprova o Manual Técnico de Demonstrativos Fiscais – 2º edição – para o exercício de 2010), alterada parcialmente pela Portaria nº 757/STN de 17 de dezembro de 2009 (dispõe sobre a elaboração do Anexo IV – Demonstrativo das Operações de Crédito), que determinou que o RGF referente ao 3º quadrimestre deverá ser composto dos Anexos I a VII.

A seguir, apresenta-se a RCL apurada por este Tribunal:

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL (últimos 12 meses)
RECEITAS CORRENTES (I)	11.639.484
Receita Tributária	8.125.114
Receita de Contribuições	216.085
Receita Patrimonial	309.627
Receita Agropecuária	81
Receita Industrial	8.185
Receita Serviços	26.314
Transferências Correntes	2.729.641
Outras Receitas Correntes	218.792
Empresas Estatais Dependentes	5.647
DEDUÇÕES (II)	3.730.450
Transferências Constitucionais e Legais	2.066.480
Contrib. Plano Seg. Social Servidor	216.079
Servidor	215.547
Patronal	532
Contrib. p/ Custeio Pensões Militares	-
Compensação Financ. entre Regimes Previd.	5.417
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	1.112.340
IRRF dos servidores (Parecer Consulta TCEES 18/03)	330.135
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I - II)	7.909.034

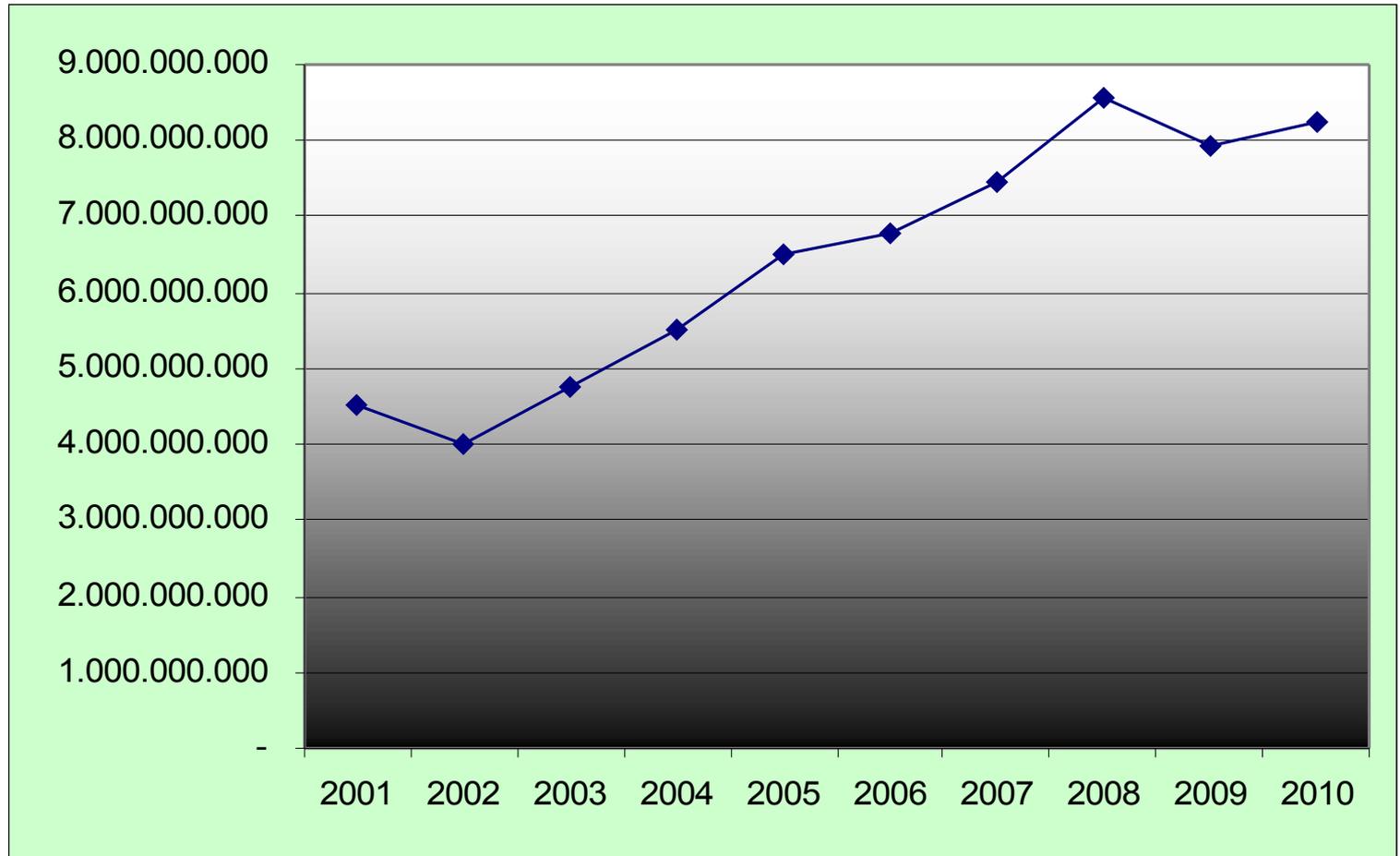
FONTE: Siasfem 2010.

Demonstrativo da Receita Corrente Líquida Informada

Ano	Receita Corrente Líquida
2001	R\$ 4.522.969.657,65
2002	R\$ 4.012.065.162,07
2003	R\$ 4.775.514.020,47
2004	R\$ 5.491.567.843,90
2005	R\$ 6.483.392.549,97
2006	R\$ 6.785.939.156,75
2007	R\$ 7.450.002.988,32
2008	R\$ 8.545.769.202,83
2009	R\$ 7.928.550.715,40
2010	R\$ 8.239.168.317,26

Fonte: Sítio SEFAZ – valores corrigidos pelo IPCA

Evolução da Receita Corrente Líquida – 2001/2010



Apuração das Despesas com Pessoal e Verificação dos Limites

- Observados os três quadrimestres do exercício de 2010, constatou-se que todos os Poderes/Órgãos, bem como o Ente Federativo, não ultrapassaram os limites de gastos com pessoal estabelecidos na LC nº 101/2000.

Gasto com Pessoal – Poder Executivo

RGF-ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	4.463.300.322,66	4.978.704,65
Pessoal Ativo	2.978.947.249,04	4.834.596,59
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.336.055.700,70	36.774,10
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	148.297.372,92	107.333,96
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	1.531.760.035,91	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	10.947.529,44	-
Despesas de Exercícios Anteriores	18.061.228,68	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.286.500.196,80	-
EXCLUSÕES CONFORME DECISÕES, PARECERES DO TCEES	216.251.080,99	-
IR dos servidores (Parecer Consulta TC-18/03)	216.251.080,99	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	2.931.540.286,75	4.978.704,65
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)	2.936.518.991,40	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECETA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	7.909.033.785,79
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V) * 100	37,13%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 49,00%	3.875.426.555,04
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 46,55%	3.681.655.227,29

FONTE: 9ª Controladoria Técnica - Gestão do Estado - Siafem 2010

Demonstrativo do Gasto com Pessoal Consolidado – Ente Federativo

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL CONSOLIDADA	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	5.381.793.332,07	5.348.801,96
Pessoal Ativo	3.756.256.784,02	4.961.820,63
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.340.228.850,82	36.774,10
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	156.223.924,47	350.207,23
Sentenças Judiciais com Precatórios (do próprio órgão e outros da Administração Pública)	129.083.772,76	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	1.802.866.243,39	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	140.031.302,20	-
Despesas de Exercícios Anteriores	70.686.843,47	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.286.500.196,80	-
EXCLUSÕES CONFORME DECISÕES, PARECERES DO TCEES	305.647.900,92	-
Ajuda de Custo	163.999,84	-
IR dos servidores (Parecer Consulta 18/03)	305.483.901,08	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	3.578.927.088,68	5.348.801,96
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)	3.584.275.890,64	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECETA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	7.909.033.785,79
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V) * 100	45,32%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 60%	4.745.420.271,47
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 57%	4.282.741.795,01

FONTE: 9ª Controladoria Técnica - Gestão do Estado - Siafem 2010

Dívida Pública

- O percentual de endividamento do Estado do Espírito Santo alcançou o percentual de 17,90% da RCL apurada pelo TCEES,
- O percentual está abaixo do limite de 200% da RCL, cumprindo, portanto, as limitações impostas pela LC nº 101/2000 e pela Resolução nº 40/2001 do Senado Federal.

Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

- O percentual total das garantias sobre a RCL apurada pelo TCEES (0,11%), encontram-se abaixo do limite variável entre 22% e 32%, estabelecido pela Resolução nº 43/2001, alterada pelas Resoluções 3/2002 e 19/2003, todas do Senado Federal.

Demonstrativo das Operações de Créditos

O total das operações de crédito no exercício de 2010 representou R\$125.890.373,03.

O percentual total das operações de crédito externas e internas (1,70%), está abaixo do limite máximo de 16% da RCL, estabelecido pela Resolução nº 43/2001, artigo 7º, do Senado Federal.

Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa

Com base na análise dos dados publicados pelos Poderes e Órgãos, ficou caracterizado que todos possuíam liquidez para arcar com seus compromissos financeiros, tanto para os recursos vinculados quanto para os não-vinculados. Com relação ao Poder Executivo, na republicação do Anexo V do RGF, Proc. TC nº 764/2011, fls. 323/324, este apresenta uma disponibilidade de caixa líquida de **R\$ 1.619.529.288,65** dos recursos não vinculados.

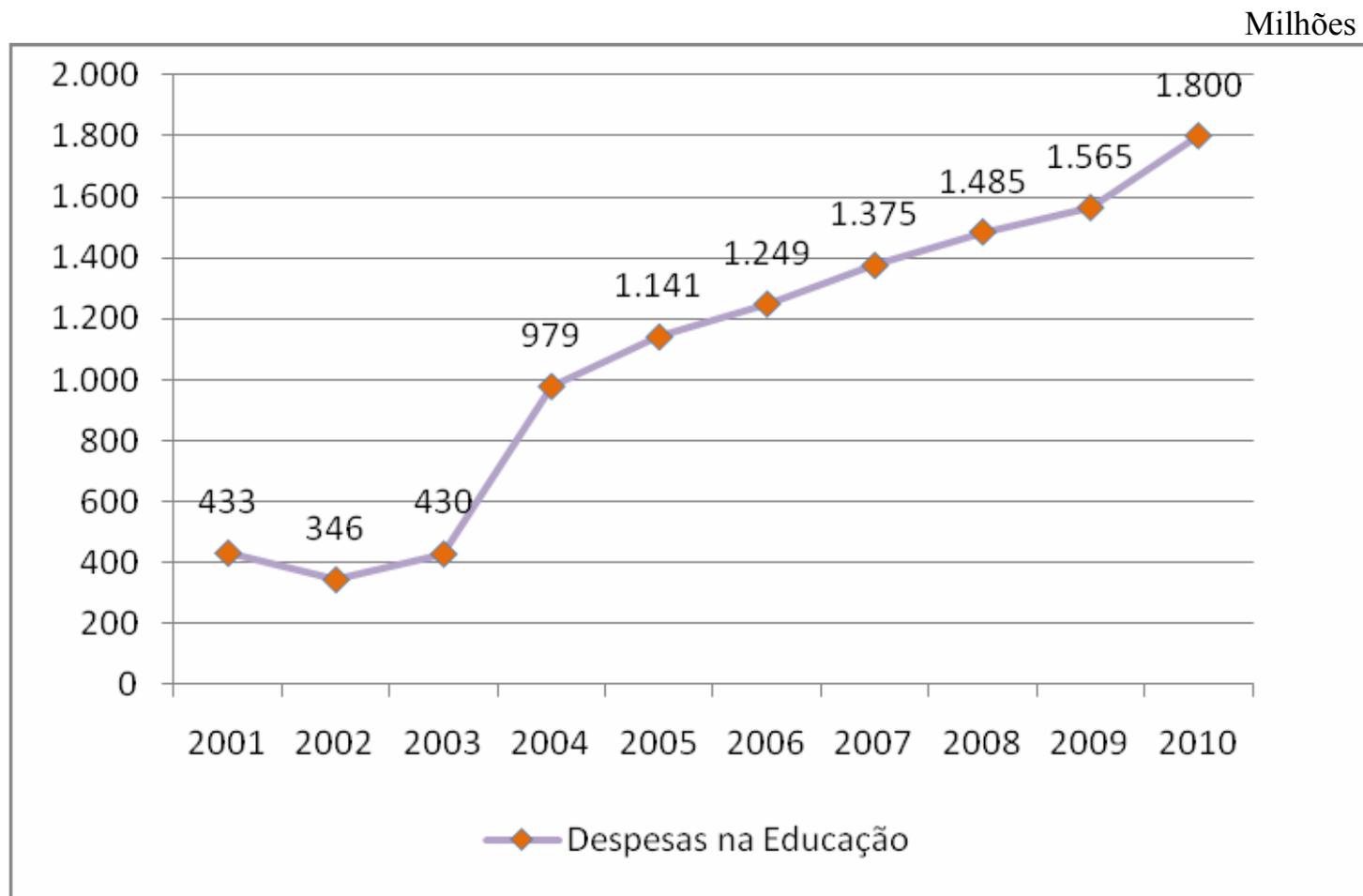
Demonstrativo dos Restos a Pagar

- Constatou-se pela análise do anexo publicado pelos Poderes e Órgãos, que as obrigações a serem cumpridas no exercício seguinte (inscritas em restos a pagar não -processados do exercício em análise) têm suficiente disponibilidade de caixa no exercício em análise.

Demonstrativo de Valores Aplicados na Educação

Exercício	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Despesa com Educação	433.292	346.812	430.458	979.206	1.141.283	1.249.942	1.375.384	1.485.703	1.565.833	1.800.216

Despesas com Educação



Fonte: Relatórios do TCE-ES (2001/2010), constantes nas PCAs do Governador.
Valores Corrigidos pelo IPCA

Limites Mínimos a Serem Atingidos Exercício 2010

APLICAÇÃO MÍNIMA NO ENSINO	TOTAL
Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais	5.907.356.930,03
% Mínimo a ser Aplicado no Ensino	25,00%
Valor Mínimo a ser Aplicado no Ensino	1.476.839.232,51

APLICAÇÃO MÍNIMA NO FUNDEB	TOTAL
Receita Recebidas do FUNDEB	655.816.152,42
% Mínimo a ser Aplicado no FUNDEB	100,00%
Valor Mínimo a ser Aplicado no FUNDEB	655.816.152,42

APLICAÇÃO MÍNIMA NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO	ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO
Valor da Cota de Participação no FUNDEB (Base de Cálculo Legal)	655.816.152,42
% Mínimo de Aplicação (CRFB-1988, ADCT, art. 60, inciso XII)	60,00%
Valor Mínimo a ser Aplicado em Remuneração do Magistério	393.489.691,45

Fontes: SIAFEM2010 - RREO 6º Bi 2010 - Proc. TC-2.691/2011

Gastos com o Ensino Exercício 2010

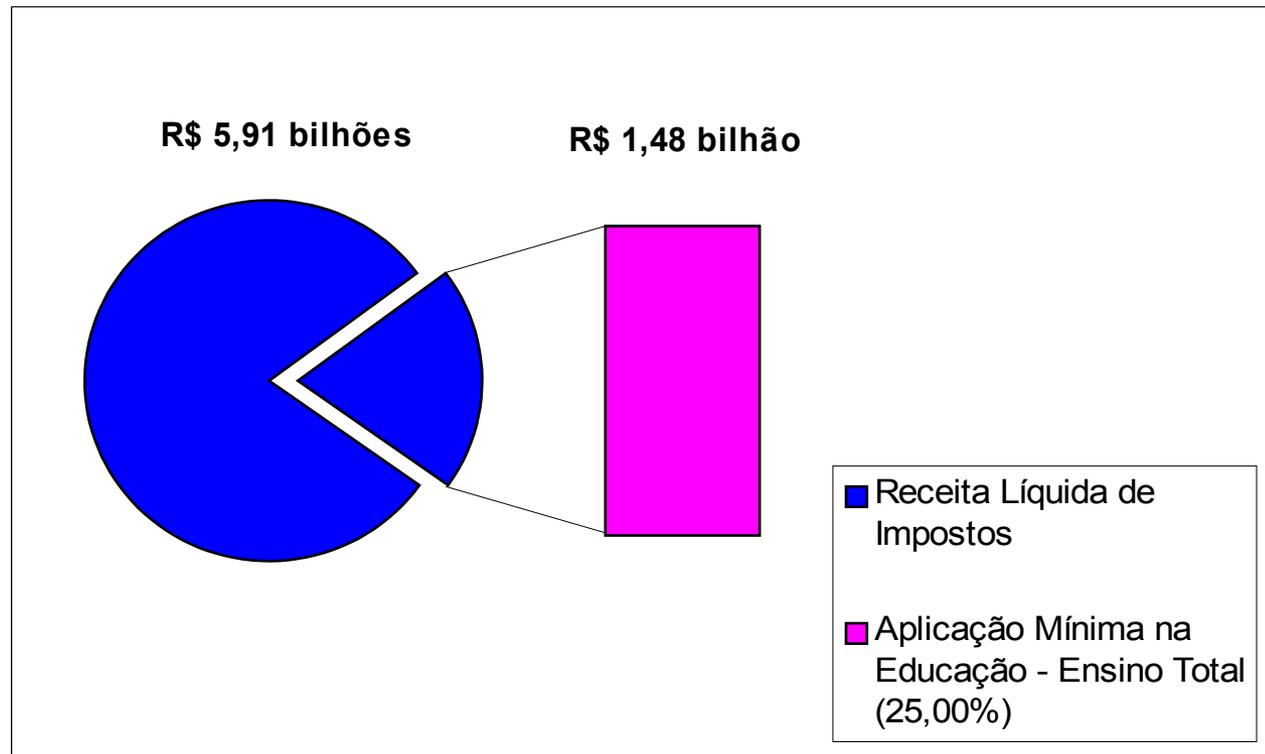
DESPESAS COM ENSINO	VALORES (Jan-Dez / 2010)
DESPESAS COM ENSINO POR VINCULAÇÃO	
Vinculadas às demais Receitas de Impostos (VI)	690.450.123,14
Com Educação Infantil	0,00
Com Ensino Fundamental (XI)	92.969.526,33
Com Ensino Médio (XV)	184.870.413,84
Com Ensino Superior	4.878.223,82
Com Ensino Profissional não Integrado ao Ensino Regular	15.931.549,35
Outras Despesas com Ensino	391.800.409,80
Vinculadas ao FUNDEB em 2010 (VII)	659.587.243,09
Com Ensino Fundamental (XII)	445.925.719,42
Com Ensino Médio (XVI)	213.661.523,67
Custeadas com Aplic. Financeira de Outros Rec de Impostos Vinculados ao Ensino	1.267,06
Vinculadas à Contribuição Social do Salário-Educação	36.584.126,00
Financiadas com Recursos de Operações de Crédito	0,00
Financiadas com Outros Recursos Vinculados à Educação	36.692.739,87
TOTAL DAS DESPESAS COM ENSINO	1.423.315.499,16
TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (GANHO/PERDA)	
PERDA NAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (VIII)	459.311.551,56
GANHO NAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	0,00
DEDUÇÕES DAS DESPESAS	
Parcela do Ganho/Complem. FUNDEB aplicada no exercício	0,00
RP Processados Cancelados em 2010 - Computados na Educação	649.035,05
Despesas Excluídas (Cf. RREO 6º bi 2010 e TC-7.855/10 - Rel. Auditoria)	8.483.442,84
TOTAL DE DEDUÇÕES (IX)	9.132.477,89
RESULTADO DAS DESPESAS COM ENSINO (X = VI+VII+VIII-IX)	1.800.216.439,90

Fontes: SIAFEM2010 - RREO 6º Bi 2010 - Processos: TC-2.691/2011 e TC-7.855/10 - Rel. Auditoria

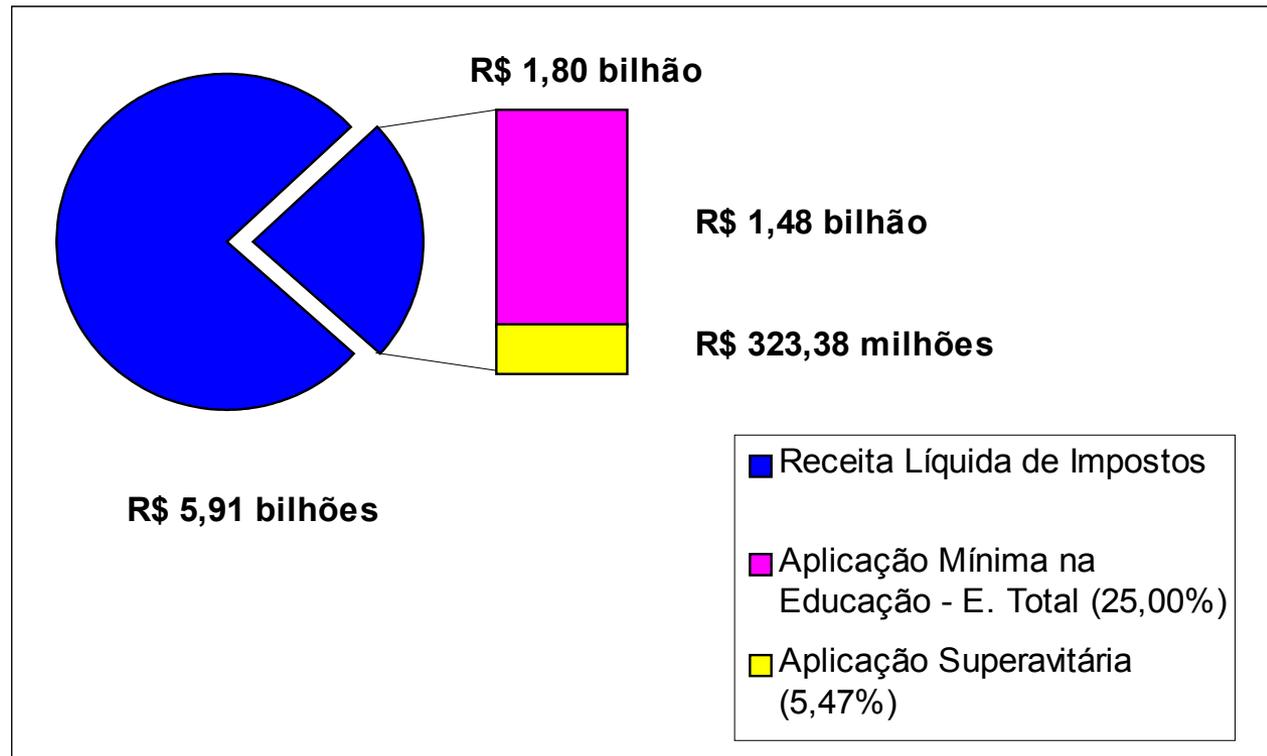
GastoTotal

Constata-se que o Governo do Estado aplicou com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Ensino Total), **R\$ 1.800.216.439,00**, equivalentes a 30,47%, 5,47% além do mínimo legalmente exigido.

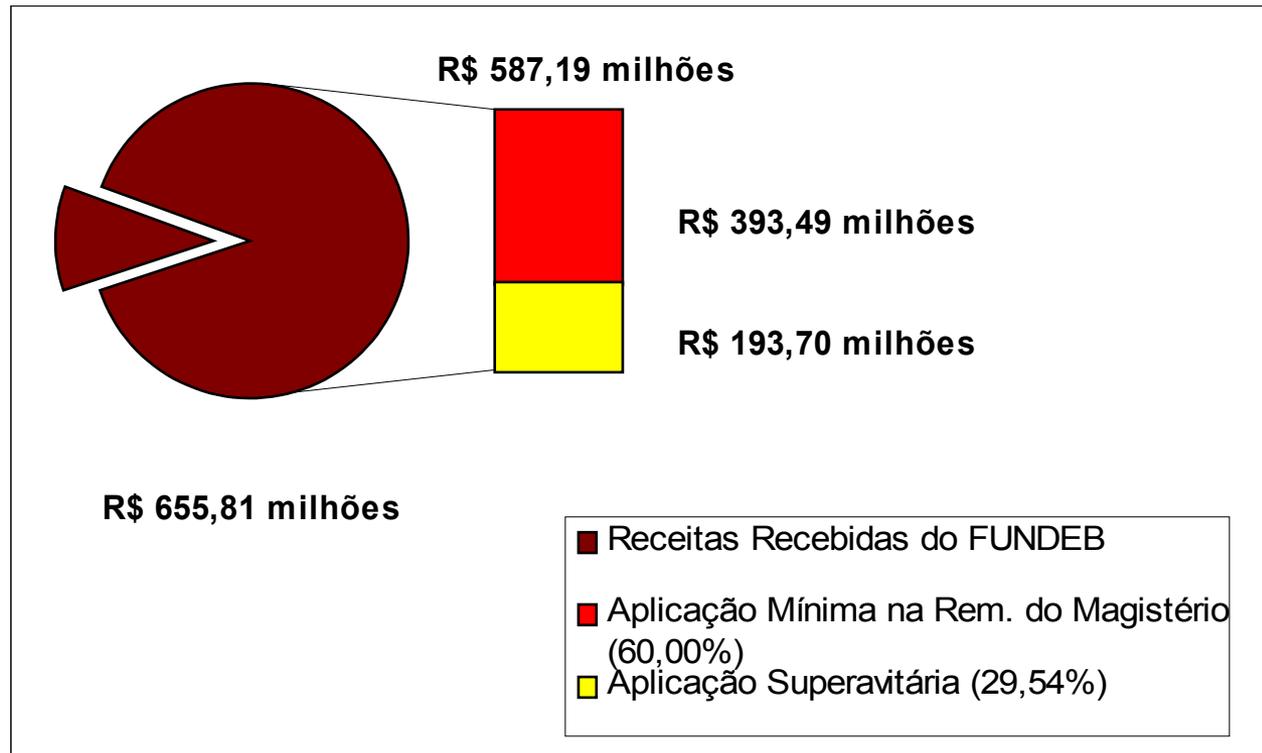
Limite Constitucional de Aplicação na Educação – Ensino Total



Valor Aplicado na Educação – Ensino Total – Exercício 2010



Aplicação com a Remuneração do Magistério Ensino Fundamental e Ensino Médio



- Constata-se que o Governo Estadual atendeu plenamente o limite prescrito no artigo 60, inciso XII do caput, dos ADCT c/c o artigo 22 da Lei Federal nº 11.494/2007.

GASTOS COM SAÚDE

Valores Históricos:

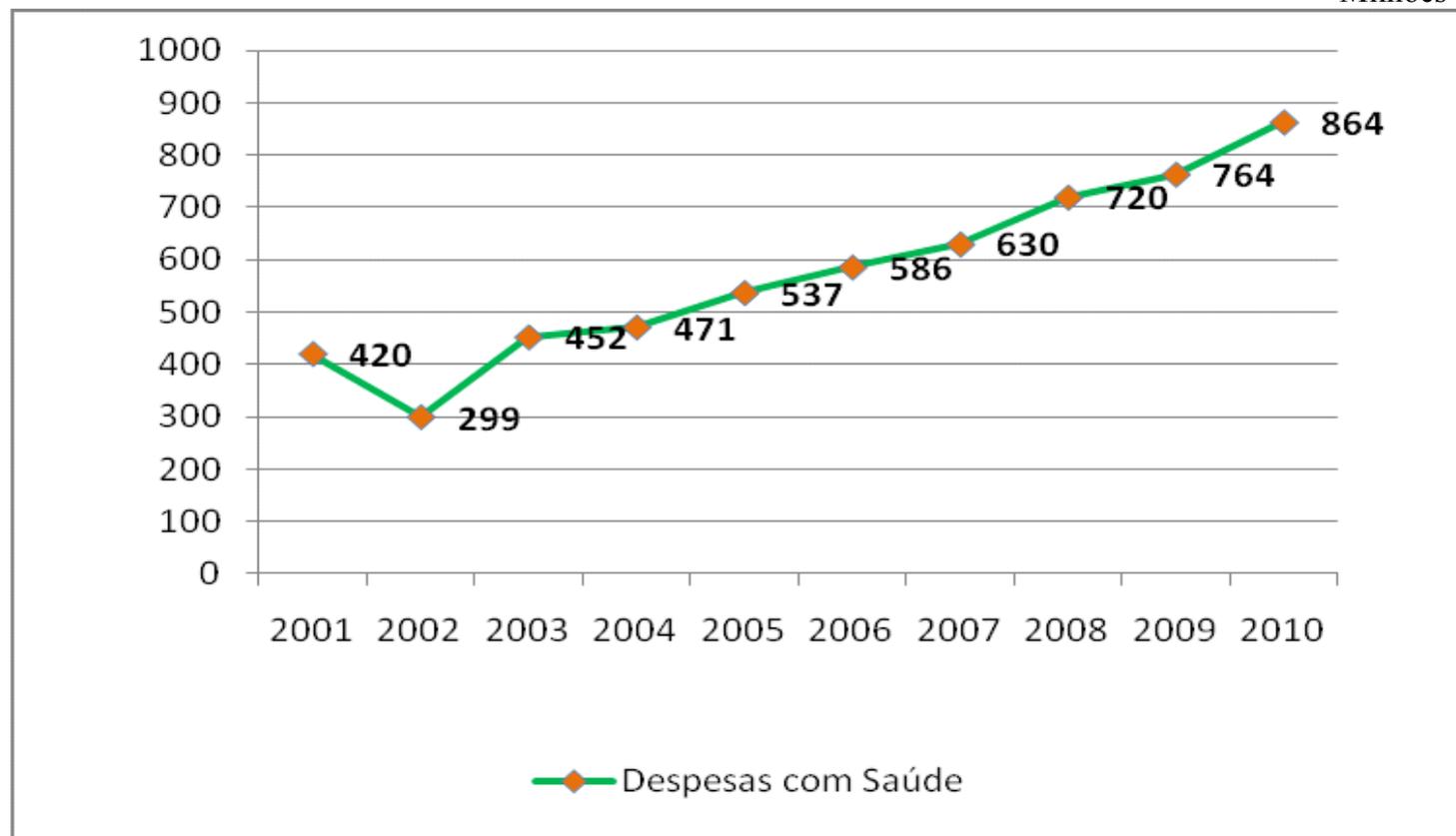
Demonstrativo das Despesa em Saúde

Milhares

Exercício	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Despesa com Saúde	420.553	299.643	452.203	471.355	537.715	586.782	630.136	720.303	764.723	864.368

Evolução das Despesas com Saúde

Milhões



Fonte: Relatórios do TCE-ES (2001/2010), constantes nas PCAs do Governador
Valores Corrigidos pelo IPCA

Limite Mínimo a Ser Aplicado em Ações e Serviços Públicos de Saúde - Exercício 2010

DESCRIÇÃO	%	VALOR
Receitas Impostos/Tranferências	-	5.907.356.930,03
Limite Legal - EC 29 art. 77, inciso II	12,00	708.882.831,60

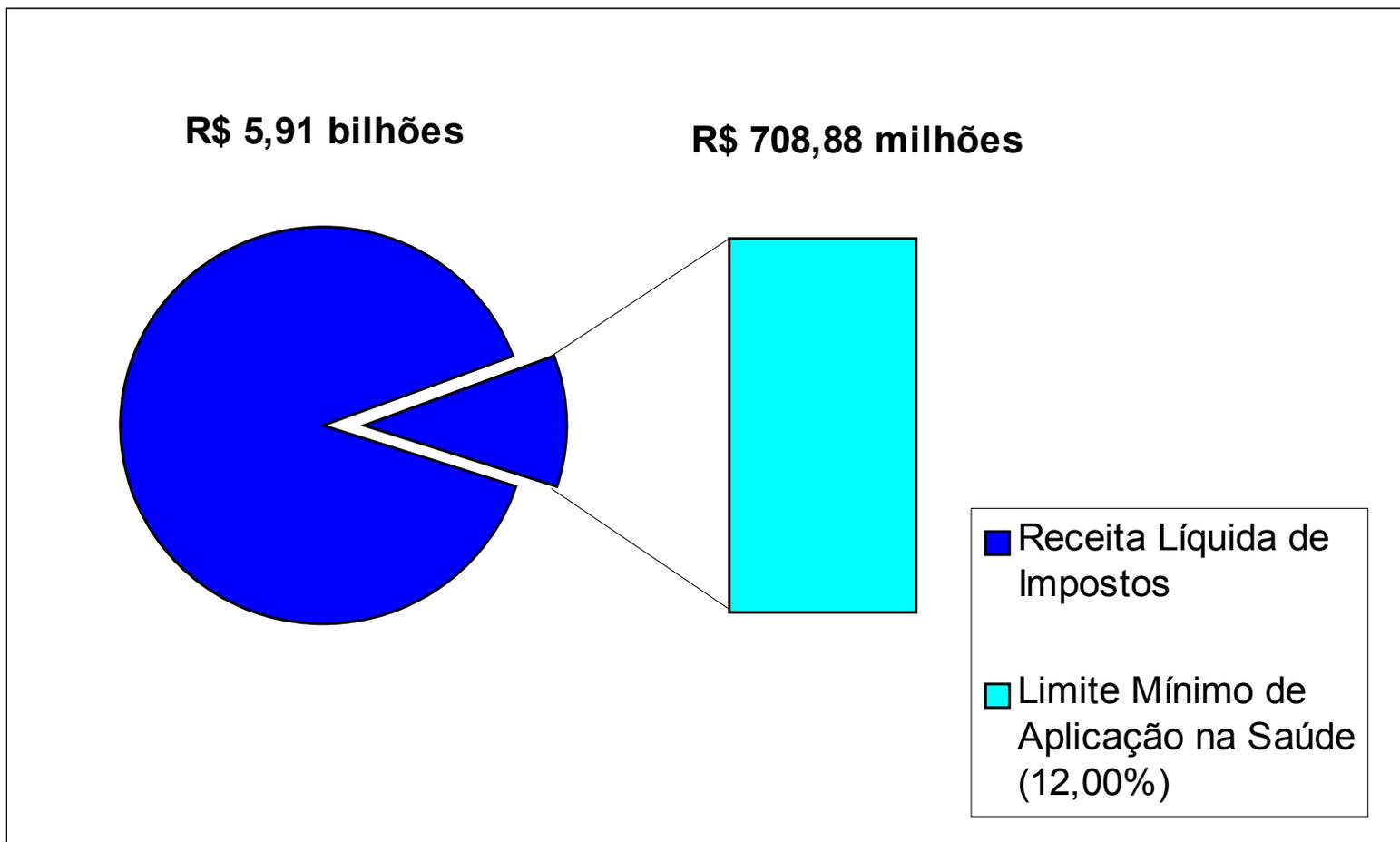
Fontes: SIAFEM2010 - RREO 6º bi 2010 - Proc. TC-2.691/2011

Gasto com Ações e Serviços Públicos de Saúde

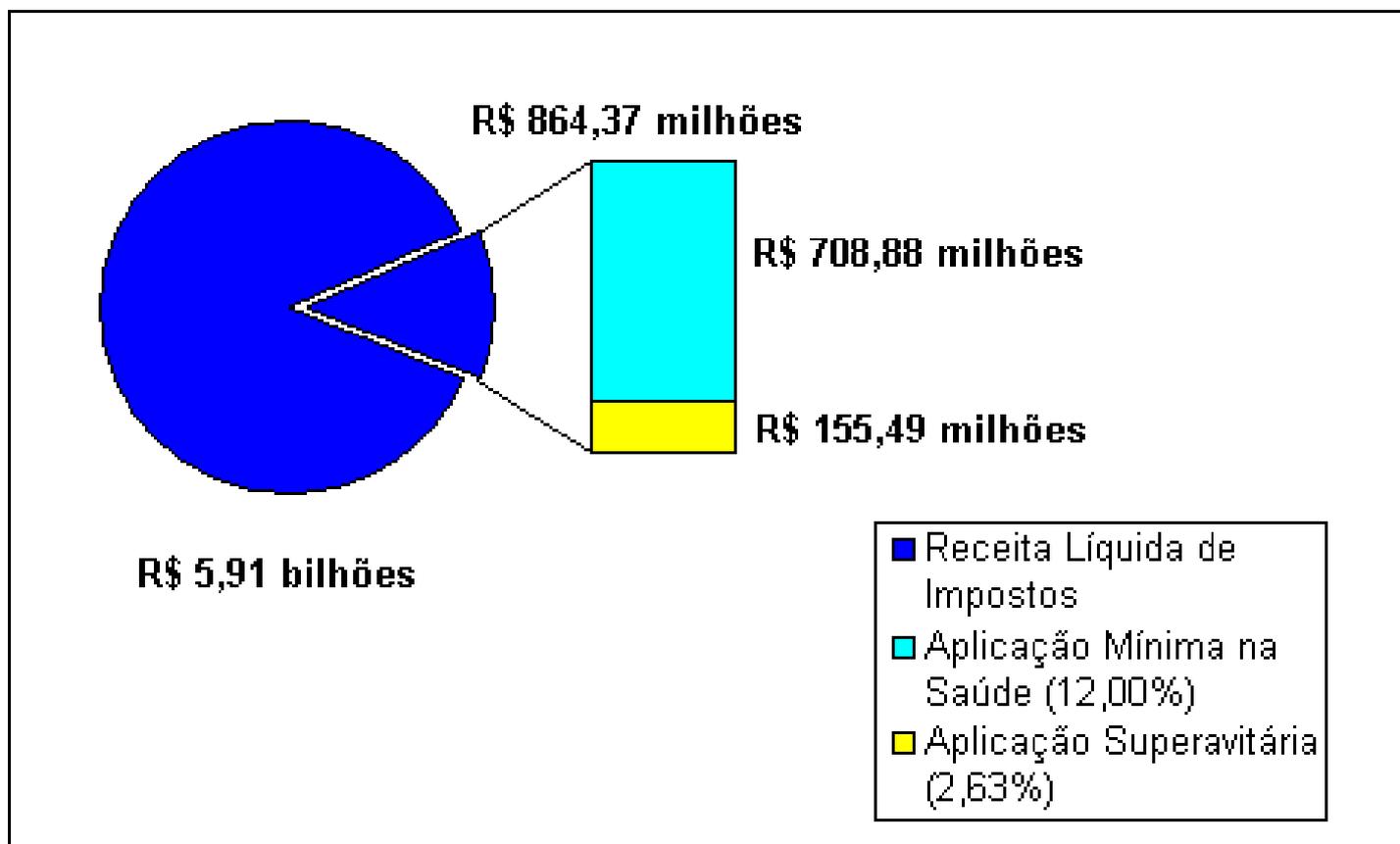
DEMONSTATIVO DAS DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DESPESAS LIQUIDADAS <jan a dez 2010>
DESPESAS CORRENTES	1.219.294.530,26
Pessoal e Encargos Sociais	441.297.567,89
Juros e Encargos da Dívida	0,00
Outras Despesas Correntes	777.996.962,37
DESPESAS DE CAPITAL	140.284.881,18
Investimentos	140.284.881,18
Inversões Financeiras	0,00
Amortização da Dívida	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE(IV)	1.359.579.411,44

Fontes: SIAFEM2010 - RREO 6º bi 2010 - Proc. TC-2.691/2011

Limite Constitucional de Aplicação na Saúde



Valor Aplicado na Saúde – Exercício 2010



MONITORAMENTO DE PROGRAMAS DE GOVERNO

Um dos muitos desafios do controle é o de acompanhar as inovações propostas para a Administração Pública, a fim de se elevar os níveis de transparência, tornando a Administração mais permeável à participação e ao controle dos cidadãos e mais eficaz e ágil no atendimento das demandas da sociedade.

É fundamental que a sociedade reconheça a importância do trabalho das instituições de controle. Isso ocorrerá se esse trabalho mostrar-se útil, tempestivo e capaz de contribuir para que as ações governamentais sejam efetivas.

As democracias reservam papel de destaque ao controle externo: subsidiar o Parlamento e a sociedade civil com informações suficientes e fidedignas que lhes permitam exercer de modo efetivo o controle da atuação governamental.

Assim sendo, este item teve por objetivo o monitoramento seletivo, nas áreas da saúde e da educação, da implementação de ações propostas pelo Governo do Estado do Espírito Santo para o exercício de 2010, visando inserir o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo no rol de Órgãos de Controle que utilizam procedimentos modernos de controle e fiscalização, uma vez que a análise da execução de políticas públicas não deve ser considerada apenas sob o ponto de vista legal ou formal.

Assim, ao se reportar à sociedade o desempenho da Administração possibilitará uma melhor avaliação do gestor público.

A abordagem nas áreas da saúde e educação se justifica por representar direitos sociais e obrigações de todos os entes federativos, tudo nos termos da Constituição Federal, art. 6º, art. 196 e art. 205, respectivamente.

ÁREA DA SAÚDE: LEITOS HOSPITALARES

Objetivo:

- Conhecer o funcionamento do Sistema de Regulação e Distribuição de Leitos implantados pela Secretaria de Estado da Saúde, monitorando sua operacionalização, a fim de verificar o alcance dos objetivos propostos.

- **Visão Geral**

Esta auditoria realizou levantamento de informações sobre a funcionalidade e a operacionalização do sistema de regulação de leitos, apresentando as normas específicas, fez menção sobre a infra-estrutura, recursos humanos e materiais, e verificou a interação do sistema entre as unidades hospitalares e a central de regulação. Foi realizado um breve estudo sobre descrição do Estado sobre o orçamento e leitos.

Dentre os problemas que influenciam na capacidade de atendimento dos hospitais, são destaques:

- Crescimento populacional;
- Aumento da faixa etária de idosos;
- Aumento crescente do número de acidentados no trânsito, a violência urbana e demanda para tratamento de drogados;
- Os municípios não atendem adequadamente sobrecarregando o sistema de urgência e emergência, pois, nem todos os municípios possuem, organizados, a Regulação do Acesso dentro das diretrizes da Regulação da Atenção à Saúde; e
- A insuficiência da estruturação da rede pública, sendo que os prontos-socorros funcionam como porta de entrada, durante 24hs e acolhem não só pacientes de urgência, como também os desgarrados da atenção primária e especializada. Essas demandas misturam-se às unidades de urgência, ocasionando uma superlotação e sobrecarga dos serviços.

AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE REGULAÇÃO

Pontos adequados do Sistema Regulação de Internação Hospitalar

- Encaminhamento à Assembléia Legislativa do projeto que trata da criação do Núcleo Especial de Controle, Monitoramento e Avaliação do Terceiro Setor;
- Criação de critérios para prioridade no atendimento para salvar vidas, através de classificação de risco, utilizando as cores para representar a gravidade do paciente;
- Sistema MV2000 (módulo de leitos) auxilia a visão do médico regulador a tomada de decisão;

- Realização de concurso público para profissionais qualificados para função das atividades de regulação;
- Em andamento a elaboração dos manuais e protocolos de procedimentos e rotinas para agilizar as informações e o uso do sistema regulador. Exemplo, é a Portaria nº214-R de dezembro de 2010 que esteve em consulta pública na época de realização desta auditoria, que define critérios específicos de admissão de leitos de UTI;
- Estão sendo desenvolvidos, através do POA (Plano Operativo Anual), normatização de regras e penalidades para que os hospitais cumpram adequadamente os serviços prestados. Este Plano refere-se a contratualização dos parâmetros de metas a serem cumpridas, dentre várias, o quantitativo de leitos oferecidos. O gestor da saúde avaliará, através de relatórios emitidos trimestralmente, o desempenho do hospital;

- Sistema MV2000 otimiza os processos operacionais , e, por fim, melhora o atendimento da população carente na rede SUS, reúne os indicadores de resultados, planilhas e gráficos de desempenho e permite acesso pela internet;
- Realização de concurso público para profissionais qualificados para função das atividades de regulação;
- Em andamento a elaboração dos manuais e protocolos de procedimentos e rotinas para agilizar as informações e o uso do sistema regulador. Exemplo, é a Portaria nº214-R de dezembro de 2010 que esteve em consulta pública na época de realização desta auditoria, que define critérios específicos de admissão de leitos de UTI;

- Estão sendo desenvolvidos, através do POA (Plano Operativo Anual), normatização de regras e penalidades para que os hospitais cumpram adequadamente os serviços prestados. Este Plano refere-se a contratualização dos parâmetros de metas a serem cumpridas, dentre várias, o quantitativo de leitos oferecidos. O gestor da saúde avaliará, através de relatórios emitidos trimestralmente, o desempenho do hospital;
- As coordenações, da Rede Urgência/Emergência, Estratégico, Complexo de Regulação de Internação e Urgência, Mandados Juciciais e Aquisição de leitos Privados, SAMU, Médico do SAMU e Supervisão, se reúnem com a Gerente de Regulação (GERA) por determinados períodos para avaliar os pontos fortes e fracos com o objetivo de construir as possíveis soluções a serem tomadas;
- Em geral, há rotinas de reuniões semanais, na sede da Secretaria, e ocasionais para discutir os aspectos gerenciais da regulação;

- Apoio das UCI's –Unidade Setorial de Controle Interno , criada através da Lei Complementar nº 516, de 11/12/2209, regulamentada pelo Decreto 2552-R, de 20/07/2010 foram implantado uma unidade da SECONT (Secretaria de Estado de Controle e Transparência) a Unidade Setorial de Controle Interno (USCI) na SESA para verificar o cumprimento de normas legais e, sobretudo, acompanhar o desenvolvimento de metas e avaliar resultados;
- Projeto de criação de centros referenciais para atender os casos de grande complexidade
- Realização de reuniões para tratar das modificações a serem realizadas no PPI e PDR.

Pontos Inadequados do Sistema de Regulação de Internação

- As macrorregiões norte e sul não possuem suporte de médicos reguladores contando apenas com enfermeiros, conforme a Gerente de Regulação. Nesse contexto torna as macrorregiões pouco operacionais do ponto de vista da Regulação, transformando-as em pontos de informações, sobrecarregando a responsabilidade para Coordenação da CRIU – Central de Regulação de Internação de Urgência;
- Falta de infra-estrutura necessária para o melhor desenvolvimento das funcionalidades do sistema dos hospitais públicos;

- Não são realizados o cadastramentos de todos os leitos destinados ao SUS, uma vez que poucos hospitais estão inseridos no sistema MV 2000;
- Apenas 2 (dois) hospitais filantrópicos, Hospital Evangélico de Vila Velha e Hospital Ferroviário) e 5 (cinco) hospitais públicos, São Lucas, Antônio Bezerra de Farias, Infantil de Vila Velha, Central e Dr. Dório Silva utilizam o sistema MV2000 para gestão leitos.
- Insuficiência de pessoal para alimentação do sistema MV no Hospital Dório Silva;
- O sistema de regulação não consegue cobrir toda a rede de regulação do Estado;
- Não foram normatizados os processos de trabalho;
- Lentidão na implantação e/ ou implementação do sistema MV 2000 em outras unidades hospitalares;

- Falhas de comunicação em diversos pontos do sistema regulador, com informações distorcidas, incompletas e atrasadas, comprometendo o tempo real necessário para eficiência do sistema;
- Como comentado no previsto no Plano Diretor, não há disponibilidade de leitos suficientes de retaguarda para o sistema de urgência e emergência, notadamente na Região Metropolitana da Grande Vitória.

Considerações Finais

A forma como está funcionando o Sistema Regulador não permite, aos gestores, articular e integrar dispositivos de Regulação do Acesso como Centrais de Internação e outras ações de controle, avaliação e auditoria assistencial, assim como outras funções da gestão como programação e regionalização.

O modelo operante atualmente impede a eficiência do complexo regulador
Diante do exposto, propõe-se recomendar à Secretaria:

- A Elaboração de um plano para realizar a integração das centrais existentes de regulação;

- Intensificar as supervisões aos hospitais para verificar o cumprimento do Plano Operativo Anual (POA) quanto à disponibilização de leitos, atentando para o que foi programado para a capacidade instalada nos estabelecimentos de saúde;
- Construir plano de ação para conclusão da implantação e implementação do Sistema MV nos hospitais;
- Elaborar e tornar normativo o manual de procedimentos para regulação;
- Elaborar, com as Secretarias Municipais de Saúde que possuem a gestão de leitos, um plano para integração das diversas centrais de regulação;
- Levando em consideração as questões apresentadas ao longo desta auditoria, é importante ressaltar, apesar do aumento de número de leitos, a importância de fortalecer o Sistema de Regulação, não só no Estado como também nos municípios. A realização de planos de curto, médio e longo prazo para que se possa atingir a eficiência do sistema, pois melhorar a gestão dos leitos é imprescindível.

ÁREA DA EDUCAÇÃO: IDEB/ENEM

Objetivo:

Conhecer as ações implementadas pela Secretaria de Estado da Educação visando à melhoria dos resultados do ENEM e atingimento das metas estabelecidas no âmbito do SAEB para os próximos anos.

Ações

Estado - Planejamento Estratégico

- Utilização do planejamento estratégico como ferramenta de trabalho;
- Estado do Espírito Santo, tomando como base o planejamento de longo prazo denominado “ES 2025”, fez constar no planejamento estratégico de 2007, denominado “Diretrizes estratégicas 2007-2010”, as seguintes metas:

“Prioridades e Principais Entregas 2007-2010”

- a) Aumentar a eficiência do sistema de ensino capixaba: redução das taxas de evasão escolar, repetência e distorção idade-série, e aumento da taxa de promoção;
- b) Ampliar o tempo do aluno na escola, juntamente com a oferta de atividades inovadoras e complementares à grade curricular básica;
- c) Aumentar o índice de permanência de jovens entre 15 e 17 anos no ensino médio;
- d) Elevar a média de proficiência dos alunos em Português e Matemática nas avaliações de referência nacional;
- e) Ampliar o acesso à educação profissional, garantindo a qualidade de cursos técnicos voltados para o desenvolvimento das vocações econômicas do ES;
- f) Ampliar o acesso ao ensino superior e apoiar a pós-graduação em áreas tecnológicas;
- g) Ampliar a capacitação e valorizar o corpo docente do sistema de ensino estadual.

SEDU

Projetos estruturantes da SEDU

Os projetos de responsabilidade da SEDU, eleitos como prioritários são:

- 1) Ampliação do acesso a educação profissional;
- 2) Ampliação e modernização da rede escolar;
- 3) Leia Espírito Santo;
- 4) Ler escrever e contar;
- 5) Mais tempo na escola;
- 6) Na real, gravidez na adolescência não é legal;
- 7) Qualidade no ensino médio.

Ampliação do acesso à educação profissional

- Período previsto: início em 03.04.2006 e término em 29.12.2010
- Público alvo: Jovens e adultos que tenham cursado ou que estejam concluindo todo o ensino médio na rede pública estadual ou municipal.
- Objetivo: Aumentar a oferta e garantir a qualidade de cursos técnicos voltados para o desenvolvimento das vocações econômicas do Espírito Santo.
- Valor previsto: R\$ 30.849.999,00
- Valor realizado: R\$ 16.401.129,33

Ampliação do acesso à educação profissional

Indicadores		2006	2007	2008	2009	2010
Bolsas SEDU concedidas	Previsto	-	700	1.200	1.000	1.000
	Realizado	-	700	1.200	-	1.600
Matrículas no ensino médio integrado	Previsto	1.676	350	2.150	350	400
	Realizado	1.679	1.220	1.251	1.308	5.091
Matríc. cursos téc.escolas ens. médio e CEETs	Previsto	5.244	3.000	3.000	3.000	3.000
	Realizado	8.259	2.238	4.619	3.782	10.334
Bolsa técnica (Parceria com o IFES)	Previsto	-	-	128	128	128
	Realizado	-	-	121	29	165

- Neste programa o Estado estabeleceu parcerias com instituições de ensino da rede privada para concessão de bolsas de estudo ou compra de vagas. Também implementou cursos técnicos em escolas de ensino médio da rede estadual; adquiriu material e treinou professores.

Ampliação e modernização da rede escolar

Período previsto: início em 01.01.2007 e término em 01.06.2012

- Público alvo: comunidade escolar do Estado do Espírito Santo, que utiliza a infra-estrutura física da SEDU
- Objetivo: O Projeto visa a reforma e ampliação de 44 escolas, a construção de 12 novas escolas, a reconstrução de 19 escolas incluindo 14 polivalentes, de níveis fundamentais e médios e a construção de 21 quadras poliesportivas em determinadas entidades escolares, no total de 96 intervenções, garantindo a infra-estrutura adequada e um bom desempenho escolar, bem como um maior acesso a rede pública escolar do Estado do Espírito Santo.
- Valor previsto: R\$ 369.859.198,37
- Valor realizado: R\$ 93.009.687,56

Ampliação e modernização da rede escolar

Indicadores		2008	2009	2010	2011
Construção de novas escolas	Previsto	1	3	16	16
	Realizado	1	1	1	0
Reconstrução de Polivalentes	Previsto	0	0	0	14
	Realizado	0	0	0	0
Ampliação/modernização Escolas	Previsto	2	4	30	40
	Realizado	1	1	3	0
Quadras poliesportivas	Previsto	0	21	0	21
	Realizado	0	21	0	0

Leia Espírito Santo

- Período previsto: início em 10.06.2008 e término em 31.12.2010;
- **Público alvo:** Alunos, professores, pedagogos, coordenadores, diretores, agentes de suporte educacional, demais profissionais da educação pública estadual, membros da comunidade escolar e os demais segmentos da sociedade organizada.
- **Objetivo:** Contribuir para a melhoria dos padrões de qualidade da educação básica, através do desenvolvimento e difusão da leitura junto à comunidade escolar capixaba. Contribuir para a formação de uma sociedade leitora, a partir da implementação das ações do Programa Estadual de Incentivo à leitura, nas e a partir das escolas.
- **Valor previsto :** R\$ 25.753.400,00
- **Valor realizado:** R\$ 16.876.445,88

Leia Espírito Santo

Indicadores		2008	2009	2010
Revitalização de bibliotecas escolares	Previsto	0	3	150
	Realizado	0	3	154
Aquisição de livros de literatura para bibliotecas escolares	Previsto	0	620.000	620.000
	Realizado	0	617.377	622.377
Terminais de Transcol atendidos com biblioteca	Previsto	3	5	6
	Realizado	3	5	6

- O projeto “Leia ES” não foi cadastrado no Portal da Transparência, embora tenha sido listado como prioridade no planejamento estratégico.
- De acordo com informações o projeto ainda está em fase de “estruturação” .

Ler, escrever e contar

- **Período previsto:** início em 01.01.2007 e término em 30.12.2010 .
- **Público alvo:** alunos e professores e pedagogos das séries iniciais do Ensino Fundamental da Rede Pública Estadual
- **Objetivo:** Promover a melhoria da aprendizagem dos alunos do Ensino Fundamental, elevando a proficiência nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.
- **Valor previsto:** R\$ 30.261.098,63
- **Valor realizado:** R\$ 7.109.228,34

Ler, escrever e contar

Indicador		2007	2008	2009	2010
Crianças com 8 anos, da rede estadual alfabetizadas:	Previsto	70	80	90	100
Correção de 100% do abandono escolar nas turmas de alfabetização:	Previsto	5	4	3	0
	Realizado	3	3	2	0

- O projeto foi estruturado em 6 etapas e contou com uma avaliação de diagnóstico, organização e acompanhamento de intervenções pedagógicas; formação de professores alfabetizadores em língua portuguesa e matemática; aquisição e distribuição de material pedagógico; e assinatura de termo de compromisso com alfabetização.
- O objetivo é que todas as crianças com idade de até 8 anos estejam alfabetizadas até 2010 e com relação a correção do abandono escolar, projeta-se um percentual de abandono de zero. Dados de 2010 ainda não estão disponíveis.

Mais tempo na escola

- **Período previsto:** início em 01.02.2007 e término em 01.02.2011
- **Público alvo:** alunos do ensino Fundamental e Médio da rede pública estadual, do turno diurno, com prioridade para a zona urbana.
- **Objetivo:** ampliar o tempo de permanência do aluno na escola, criando novas oportunidades de aprendizagem, contribuindo para a melhoria do desempenho escolar e ampliação do universo de experiências sócio-culturais, esportivas e de iniciação científica.
- **Valor previsto:** R\$ 5.299.734,72
- **Valor realizado:** R\$ 3.808.724,82

Mais tempo na escola

Indicador		2007	2008	2009	2010
Escolas participantes:	Previsto	130	217	303	390
	Realizado	186	272	328	434
Número de alunos atendidos pelo Mais tempo na escola	Previsto	60.000	90.000	120.000	150.000
	Realizado	68.980	94.270	141.989	231.142

- O projeto prevê a ampliação da carga horária do aluno na escola e foi dividido em três modalidades: 25, 35 e 40 horas semanais.
- A participação das escolas estaduais se faz por adesão, com alteração de matriz curricular conforme diretrizes do programa.
- Conforme a Portaria nº 021-R de 25/02/2010, Contempla atividades que dinamizam o currículo básico da rede escolar pública estadual, de modo a fortalecer aprendizagens em Língua Portuguesa, Matemática e Ciências.

Na real, gravidez na adolescência não é legal

- **Período previsto:** início em 02.04.2007 e término em 31.07.2009
- **Público alvo:** alunos das escolas de Ensino médio da Rede Estadual com idade entre 15 a 19 anos.
- **Objetivo:** reduzir o índice de gravidez na adolescência nas escolas da rede estadual de todos os municípios do Estado do Espírito Santo, contribuindo para a formação de uma consciência de sexualidade responsável.
- **Valor previsto:** R\$ 639.424,71
- **Valor realizado:** R\$ 689.430,30

Na real, gravidez na adolescência não é legal

Indicador		2007	2008	2009
Alunos beneficiados	Previsto	28.000	148.186	148.186
	Realizado	21.197	24.280	67.827

- O projeto se deu através da realização de divulgação nas escolas via seminários; formação de professores e pedagogos multiplicadores; reuniões com pais; pesquisas entre os alunos; e de oficinas realizadas pelos multiplicadores.

Qualidade no ensino médio

- **Período previsto:** início em 02.07.2007 e término em 28.02.2011
- **Público alvo:** Alunos do ensino médio da rede pública estadual
- **Objetivo:** Promover a melhoria da aprendizagem dos alunos do ensino médio elevando a proficiência nas disciplinas de língua portuguesa e matemática.
- **Valor previsto:** R\$ 18.600.047,63
- **Valor realizado:** R\$ 13.231.718,61

Qualidade no ensino médio

Indicadores		2008	2009	2010
Professores de Matemática capacitados	Previsto	1560	1200	1200
	Realizado	1549	1112	(a)
Professores de Língua Portuguesa capacitados	Previsto	0	0	600
	Realizado	0	0	(b)
Escolas beneficiadas com jornais e revistas:	Previsto	420	423	422
	Realizado	400	400	402

a) Treinamento ainda em curso - dados não disponíveis.

b) Treinamento não ocorrido – sobrestado pela Gerencia de Formação.

Ressaltamos que: os valores previstos são para o período do projeto, e, assim sendo, abrangem diversos exercícios financeiros. A divergência entre valores previstos e realizados se dá em função de: (i) os projetos ainda não terem sido finalizados; (ii) ocorrência de economias ao longo do projeto, tais como: parcerias; valores apresentados na licitação menores que aqueles projetados.

VOTO

Considerando toda a exposição acima, e acompanhando o entendimento da área técnica em seu brilhante relatório de fls. 10.685 a 11.076, bem como em consonância com o Parecer PPJC – 2782/2011, fls. 11.080/11.087 da lavra do Eminentíssimo Procurador do Ministério Público Especial de Contas, Dr. LUCIANO VIEIRA,

VOTO para que este Tribunal de Contas emita **PARECER PRÉVIO** recomendando à Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo a **APROVAÇÃO** das contas do Governador do Estado do Espírito Santo, relativas ao exercício de 2010, sob a responsabilidade do Senhor **Paulo César Hartung Gomes**, na forma do art. 71, inciso I, da Constituição do Estado do Espírito Santo c/c art. 75 da Lei Complementar nº. 32/93.

VOTO

RECOMENDAÇÕES:

1) Quando da elaboração do Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias - LDO 2011, inserir, nos termos do artigo 4º, § 2º, inciso V, da LRF e disciplinado pela Portaria nº 577, de 15 de outubro de 2008, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Fazenda, o anexo do Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado e definir, de forma precisa, as normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos, conforme determina o Inciso I, alínea e, do artigo 4º da LRF.

VOTO

2) Ao elaborar o Demonstrativo VII (Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita) do Anexo I (Metas Fiscais) nos termos da Portaria nº 577 da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Fazenda, apresentando a análise dos critérios estabelecidos para as renúncias de receitas e suas respectivas compensações, a fim de dar maior consistência aos valores apresentados.

3) Por sua vez, ao elaborar o Demonstrativo III (Metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores), apresentar os parâmetros básicos utilizados para se chegar aos resultados apresentados.

VOTO

- 4) Ao elaborar o Demonstrativo V (Origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos), inserir uma análise sobre os valores apresentados, de forma a dar maior clareza possível à visualização da situação descrita.**

- 5) Ao elaborar o Projeto de Lei Orçamentária Anual, observar o Inciso II do Art. 5 da Lei Complementar 101 quanto à necessidade do Projeto estar acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado.**

- 6) Por fim, observar ao que determina o art. 104, Inciso III da Resolução TCE – 182/2002 quanto ao prazo de remessa da Relação dos Precatórios, que deve conter, dentre outras informações, a data do trânsito em julgado da decisão.**

VOTO

Encaminhar cópia do Relatório Técnico de Contas à Controladoria Geral Técnica para inclusão no escopo das auditorias a serem realizadas nas Secretarias de Estado e órgãos a estas ligadas, dos seguintes pontos:

A) Inconsistências apontadas no Capítulo de Análise das Demonstrações Contábeis relativas à conta Disponível; e

B) Exclusão do Patrimônio do Estado, dos saldos contábeis da COHAB.

VOTO

VOTO ainda que sejam encaminhadas ao atual Chefe do Poder Executivo as recomendações sugeridas pelo relatório técnico e pelo Ministério Público para conhecimento e adequações que se fizerem necessárias, devendo o Poder Executivo encaminhar a esta Corte de Contas, no prazo de 120 (cento e vinte) dias suas considerações e cronograma para atendimento das referidas recomendações.

VOTO, finalmente, para que, no prazo de 60 (sessenta) dias seja constituída comissão técnica formada por representantes dos três Poderes, do Ministério Público e do Tribunal de Contas para ultimar os preparativos e as providências visando a adequação do Estado do Espírito Santo aos prazos e ditames da Portaria Conjunta STN/SOF nº 1 e da Portaria STN nº 406, de 20/06/2011, que aprovam a 4ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), e da Portaria STN nº 407, de 20/06/2011, que aprova a 4ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF).